

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
BACHARELADO EM GEOGRAFIA

Autor: Bruno Carpes Fantin  
Orientador: Prof. Dr. Mario Leal Lahorgue

**Rearranjo espacial metropolitano no Rio Grande do Sul:**  
análise a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022

Porto Alegre  
2024

Bruno Carpes Fantin

**Rearranjo espacial metropolitano no Rio Grande do Sul:**  
análise a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em  
Geografia do Instituto de Geociências da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Mario Leal Lahorgue

Porto Alegre

2024

Bruno Carpes Fantin

**Rearranjo espacial metropolitano no Rio Grande do Sul:**  
análise a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em  
Geografia do Instituto de Geociências da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Mario Leal Lahorgue

**Defendido em:** Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Mario Leal Lahorgue  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares  
UFRGS

---

Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa  
UFRGS

## CIP - Catalogação na Publicação

Fantin, Bruno Carpes

Rearranjo espacial metropolitano: análise a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 / Bruno Carpes Fantin. -- 2024.

58 f.

Orientador: Mario Leal Lahorgue.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Metropolização. 2. Expansão metropolitana. 3. Arranjo urbano-regional. 4. Cidade-região. I. Lahorgue, Mario Leal, orient. II. Título.

## RESUMO

O trabalho se apresenta como uma relativização das interpretações que vêm associando os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 a uma desconcentração populacional relacionada a um fenômeno de desmetropolização. Busca-se compreender, a partir de uma revisão das tendências contemporâneas da metropolização e de uma análise espacializada dos dados censitários, a que processos estão relacionados, no Rio Grande do Sul, a retração populacional de Porto Alegre e de sua Região Metropolitana e o crescimento de cidades de porte intermediário entre os anos de 2010 e 2022. Nesse sentido, foram analisadas as variações do quantitativo populacional por classe de municípios do estado a fim de verificar se essas se comportam de maneira homogênea e dispersa ao longo do território ou se os maiores crescimentos se relacionam à conformação de um arranjo espacial metropolitano expandido, que extrapola os limites da região institucionalizada.

**Palavras-chave:** Metropolização; expansão metropolitana; arranjo urbano-regional; cidade-região.

## ABSTRACT

The research presents a relativization of the interpretations that have been associating the first results of the 2022 Demographic Census with a population deconcentration related to a phenomenon of demetropolization. It seeks to understand, from a review of contemporary trends in metropolization and a spatialized analysis of census data, which processes are related to, in Rio Grande do Sul, the population decline of Porto Alegre and its Metropolitan Region and the growth of cities of intermediate size between the years 2010 and 2022. In this sense, variations in the population quantity by class of municipalities in the state were analyzed to verify if these behave in a homogeneous and dispersed manner throughout the territory or if the greatest growths are related to the formation of an expanded metropolitan spatial arrangement, which goes beyond the limits of the institutionalized region.

**Keywords:** Metropolization; metropolitan expansion; urban-regional arrangement; city-region.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Arranjos urbano-regionais no Brasil .....  | 24 |
| Figura 2 – Mapa de composição da cidade-região de Porto Alegre.....   | 30 |
| Figura 3 – Mapa de distribuição da população no Rio Grande do Sul (2022) .....  | 34 |
| Figura 4 – Mapa de variação populacional dos municípios com 100 mil a 500 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022) .....           | 41 |
| Figura 5 – Mapa de variação populacional dos municípios com 20 mil a 100 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022) .....            | 43 |
| Figura 6 – Mapa de variação populacional dos municípios com menos de 20 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022) .....             | 44 |
| Figura 7 - Comparação da variação populacional de Porto Alegre, RMPA, Rio Grande do Sul e cidade-região de Porto Alegre (2010-2022) ..... | 48 |
| Figura 8 – Mapa de composição da cidade-região de Porto Alegre e do eixo de expansão metropolitana CRPA (-RMPA).....                      | 51 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – População por classes de municípios no Brasil (1970-2010) .....  | 26 |
| Tabela 2 – População por classes de municípios no Brasil (2010-2022) .....  | 28 |
| Tabela 3 – Crescimento populacional por “região” da RMPA (2010-2022) .....  | 31 |
| Tabela 4 – População de Porto Alegre, RMPA e Rio Grande do Sul (2010-2022) ...  | 36 |
| Tabela 5 – População por classe de município no Rio Grande do Sul (2010-2022) .   | 39 |
| Tabela 6 – População dos municípios com 100 mil a 500 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022).....                | 42 |
| Tabela 7 – População dos municípios com 20 mil a 100 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022).....                 | 44 |
| Tabela 8 – População dos municípios com menos de 20 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022).....                  | 45 |
| Tabela 9 – População das aglomerações urbanas no entorno da Região Metropolitana de Porto Alegre (2010-2022) .....        | 47 |
| Tabela 10 – População na cidade-região de Porto Alegre (2010-2022).....   | 47 |
| Tabela 11 – Variação populacional por “região” da RMPA e do eixo de expansão metropolitana CRPA (-RMPA) (2010-2022) ..... | 50 |



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AULN – Aglomeração Urbana do Litoral Norte

AUNILA – Aglomeração Urbana Não Institucionalizada de Lajeado

AUNISCS – Aglomeração Urbana Não Institucionalizada de Santa Cruz do Sul

AUS – Aglomeração Urbana do Sul

CRPA – Cidade-Região de Porto Alegre

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPC – Índice de Potencial de Consumo

PIB – Produto Interno Bruto

POA – Porto Alegre

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

RMSG – Região Metropolitana da Serra Gaúcha

RS – Rio Grande do Sul

VAB – Valor Adicionado Bruto

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>10</b> |
| 1.1. Justificativa .....   | 14        |
| 1.2. Objetivos.....  | 15        |
| 1.3. Metodologia.....  | 15        |
| <b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                                    | <b>18</b> |
| 2.1. Metropolização e arranjos espaciais metropolitanos .....          | 18        |
| 2.2. Rearranjo espacial metropolitano no Rio Grande do Sul.....        | 28        |
| <b>3. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>                                | <b>33</b> |
| 3.1. Distribuição e variações populacionais no Rio Grande do Sul ..... | 34        |
| 3.2. Cidade-região a partir dos quantitativos populacionais .....      | 46        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                    | <b>54</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                             | <b>56</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Com a realização do censo demográfico de 2022, após um período de 12 anos sem um recenseamento geral, pôde-se obter importantes informações estatísticas sobre a população brasileira. Até o momento da elaboração deste trabalho não se tem a divulgação completa dos resultados, contudo diversas interpretações já estão sendo realizadas a partir dos dados disponíveis. A partir disso, esta pesquisa se apresenta como uma análise acerca dos dados divulgados sendo, mais especificamente, uma contribuição à discussão sobre desconcentração populacional e rearranjo espacial metropolitano no Rio Grande do Sul.

Em junho de 2023, pouco mais de 10 meses após o início da coleta dos dados censitários, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os primeiros resultados do recenseamento. Nesse primeiro momento, apenas sobre o quantitativos populacionais municipais, estaduais e federal. Era de se esperar, contudo, após esse intervalo temporal intercensitário maior do que o habitual, que houvesse grande repercussão acerca desses resultados, sendo de fato o que aconteceu. Essa repercussão foi ainda maior, para além do anseio pela atualização dos dados, pois os resultados divulgados traziam modificações na estrutura e distribuição da população brasileira que não eram esperadas nem mesmo pelas estimativas populacionais do próprio IBGE.

De acordo com o censo demográfico 2022, a população residente em território nacional é de 203,1 milhões de pessoas, número abaixo da estimativa do instituto no ano de 2021 que era de 213,3 milhões. Com isso, se teve um acréscimo de 12,3 milhões para o período de 12 anos, já que no censo de 2010 a população verificada foi de 190,8 milhões de habitantes. Isso representa uma taxa geométrica anual de crescimento demográfico de 0,52% ao ano para o intervalo intercensitário, a menor já registrada desde o primeiro recenseamento geral do Brasil em 1872.

Contudo, para além desses resultados gerais da população nacional, outro ponto que contou com grande repercussão foi o aumento da parcela populacional residente nas chamadas “cidades médias”, algo que já havia repercutido com os resultados, pelo menos, dos últimos dois censos demográficos. A partir desse conceito de definição um tanto incerta e das conclusões veiculadas sobre os recentes dados censitários é que se originam as contribuições deste trabalho. Isso

acontece, pois, acompanhado de demonstrações estatísticas que apresentam o crescimento dessas cidades, estão observações de cunho mais analítico sobre a ocorrência de processos como a desconcentração populacional dos grandes centros urbanos, a interiorização do país e a desmetropolização.

Um exemplo dessa repercussão foi a matéria publicada pelo portal G1 (2023a) intitulada “Censo IBGE: Cidades médias ‘puxam’ crescimento do Brasil”. Nela, essas cidades são caracterizadas como tendo faixa populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes. Essas seriam responsáveis por 67,5% do crescimento registrado entre 2010 e 2022, tendo um acréscimo total de 8,3 milhões de habitantes. Ao mesmo tempo, ressalta que a concentração populacional em cidades grandes (acima de 500 mil habitantes) registrou uma leve queda. Não é pontuado, contudo, apesar do protagonismo no aumento populacional brasileiro, onde estariam localizadas ou posicionadas dentro da rede urbana essas cidades que estariam “puxando” o crescimento ao passo em que outras estariam perdendo participação.

Além da veiculação de matérias por veículos de imprensa, relevantes teóricos se manifestaram sobre o tema, a exemplo do economista Marcio Pochmann, que vem a ser o atual presidente do IBGE. Em diversas oportunidades Pochmann comentou sobre os recentes resultados do censo demográfico, como por exemplo em entrevista concedida à revista Fórum em que argumentou:

Então, nós temos, de certa maneira, um processo de desmetropolização, ou seja, as metrópoles brasileiras perderam participação relativa, muito pouco, diga-se de passagem, mas deixaram de crescer, perderam participação, e nós temos um movimento em relação às cidades médias, uma certa interiorização do país que tem a ver justamente com aquilo que é hoje mais dinâmico no país que é o setor produtor de bens primários para exportação (POCHMANN, 2023b)

Em outro momento de análise dos resultados do censo, através de publicação intitulada “A cara do Brasil que se reprimariza” no site Outras Palavras, Pochmann (2023a) conclui novamente que se observa um “inédito processo de desmetropolização populacional” que poderia ser observado pela mudança da concentração de um sistema industrial complexo, diversificado, integrado regionalmente, para um sistema primário-exportador, que estaria inflando a relevância das chamadas cidades médias. Para embasar tal argumentação, trouxe demonstrações estatísticas dos dados censitários como, por exemplo, a redução da

participação relativa das cidades com mais de 500 mil habitantes no total da população, caindo de 29,3% em 2010 para 29,0% em 2022. Em complemento a isso, classifica as cidades médias como sendo as de população entre 100 mil e 500 mil e demonstra que tiveram aumentada sua presença relativa no total da população de 25,4% em 2010 para 28% em 2022.

Contudo, em contraponto a essas diversas análises que foram sendo realizadas, no artigo “Distribuição da população brasileira segundo o Censo 2022: desmistificando o esvaziamento das metrópoles” publicado no site do Observatório das Metrópoles, os autores Rodrigues e Ribeiro (2023) ressaltam que essas são conclusões apressadas e que se baseiam em uma compreensão limitada e simplista da organização espacial brasileira:

Parte dessa visão equivocada se sustenta numa abordagem que olha para os municípios – a unidade mínima de análise nesse caso – como um recorte isolado e espacialmente autônomo, ignorando as realidades socioespaciais complexas que podem estar inseridos. Dentro dessa visão, a única característica relevante é o porte populacional, independente do ponto que estão situados no território. Nessa ótica, não importa se são municípios de 100 mil habitantes localizados de forma isolada em uma região de expansão do agronegócio ou se são municípios do mesmo porte inseridos dentro de uma dinâmica metropolitana. (RODRIGUES; RIBEIRO, 2023)

Para os autores, incluir diferentes municípios com características espaciais tão diversas em uma mesma categoria pode gerar interpretações distorcidas das mudanças da distribuição da população brasileira. As cidades médias e seu papel dentro da dinâmica populacional não devem, então, ser analisadas de forma generalizada e desorientada no espaço, mas com a calma e a complexidade que a realidade da rede de cidades no Brasil demanda.

Não se busca neste trabalho, contudo, rebater a tese ou negar a ocorrência de um processo de desmetropolização no território nacional como um todo e de suas consequências na redistribuição da população, seja ele gerado pela desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, como sugere Pochmann, ou por outros motivos. Se busca, no entanto, com embasamento nos materiais consultados e a partir de análises referenciadas no espaço, verificar se os recentes dados de quantitativo populacional são suficientes para se identificar, no

estado do Rio Grande do Sul, indícios de uma desconcentração populacional associada a um fenômeno de desmetropolização.

É importante ressaltar que esse panorama nacional sobre a repercussão dos resultados do censo é de extrema relevância para contextualizar as discussões para a área de estudo. Isso se deve, pois as conclusões elaboradas de forma ampla a nível nacional acabam por englobar, inevitavelmente, o estado gaúcho. Quando se fala que está havendo um processo de fortalecimento das cidades médias e um enfraquecimento dos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, se entende que esteja acontecendo também no Rio Grande do Sul. Entretanto, algumas matérias veiculadas citaram nominalmente algumas localidades onde isso estaria acontecendo de forma mais pronunciada.

Em reportagem publicada no Correio Brasiliense (2023) dias após a divulgação dos resultados, são citadas as capitais que tiveram redução populacional em relação ao censo de 2010 devido ao fato, dentre outros fatores, estarem passando por um processo de desmetropolização. Dentre as elencadas, está Porto Alegre, capital e maior centro urbano do Rio Grande do Sul. Além disso, demonstram numericamente como as cidades médias, aqui classificadas tendo entre 100 mil e 750 mil habitantes, crescem mais que as grandes cidades, sendo ressaltado o cenário que se intensificou no país: o processo de interiorização.

Apesar de normalmente ser apenas incluído em generalizações a nível nacional sem ser nominalmente citado, o Rio Grande do Sul teve resultados censitários que podem ser rapidamente correlacionados a um enfraquecimento dos grandes centros urbanos e ao fenômeno da desmetropolização. Em 2022, foram registradas 10,9 milhões de pessoas residindo no estado, sendo um crescimento de aproximadamente 186 mil habitantes em relação a 2010. Contudo, a capital do estado, Porto Alegre, apresentou um decréscimo de 5,4%, tendo uma perda de mais de 76 mil pessoas. Além disso, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) também teve sua população total diminuída, somando um decréscimo de aproximadamente 14 mil habitantes. Somado isso, outras cidades de porte médio do estado obtiveram ganho populacional tendo, assim como no cenário nacional, sua participação relativa aumentada na população total do estado.

A repercussão desses resultados estaduais também foi significativa, havendo diversas matérias publicadas na imprensa nacional e regional. O portal G1

(2023b/2023c) veiculou tanto reportagem sobre os resultados gerais do estado como uma notícia específica sobre a retração da região metropolitana. Outros veículos de imprensa também tiveram suas reportagens sobre os dados, mesmo que realizando uma abordagem mais descritiva das populações das cidades de forma isolada, com rankings das que mais cresceram ou mais decresceram, por exemplo.

Sobre os dados censitários estaduais, também foi publicado outro interessante artigo no site do Observatório das Metrôpoles analisando os primeiros resultados no recorte da Região Metropolitana de Porto Alegre. Os autores Soares e Freitas (2023) consideram que a urbanização e a metropolização seguem avançando no país e no Rio Grande do Sul. No texto, após analisarem dados internos a RMPA, se referem também a aglomerações externas situadas nos arredores da região institucionalizada e que apresentam dinâmica demográfica distinta, com relevante incremento populacional. Sugerem que isso pode expressar um deslocamento do “eixo populacional” por um processo mais amplo de desconcentração urbano-industrial e a emergência de uma “macro-metrópole”.

Se tem como consenso, então, que a partir dos dados divulgados se identifica, assim como nos outros censos, movimentos de redistribuição espacial da população. Todavia, a partir dos referenciais teóricos e dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022, se faz o seguinte questionamento: é possível identificar, no Rio Grande do Sul, uma desconcentração populacional associada a um fenômeno de desmetropolização?

### 1.1. Justificativa

Compreender os padrões de redistribuição populacional e quais os fenômenos impulsionadores disso é essencial para planejar o desenvolvimento dos municípios, estados e união. Essa compreensão é indispensável para a distribuição de recursos e serviços públicos, como políticas habitacionais e de mobilidade urbana, e para entender as necessidades econômicas das diferentes regiões.

Esse trabalho se apresenta, então, como contribuição a uma análise cautelosa e especializada das tendências de movimento da população, no Rio Grande do Sul, identificáveis a partir da divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022, não se valendo apenas de categorizações estatísticas. Sendo assim, acompanhando as áreas de maior concentração populacional do

estado, acaba inevitavelmente se debruçando sobre o estudo das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e sobre como essas se posicionam frente a redistribuição espacial da população. Com isso, se direciona um enfoque sobre algumas interpretações que foram surgindo baseadas em conceitos como interiorização, crescimento das cidades médias e desmetropolização. Essa compreensão, por sua vez, é de significativa relevância, por exemplo, para a definição da abordagem necessária para políticas a nível metropolitano, regional ou local.

## 1.2. Objetivos

### 1.2.1. Objetivo geral

Analisar se os recentes dados censitários sobre quantitativo populacional sugerem, no Rio Grande do Sul, uma desconcentração populacional associada a um fenômeno de desmetropolização.

### 1.2.2. Objetivos específicos

- A) Identificar pontos de concentração e desconcentração populacional no Rio Grande do Sul;
- B) Relacionar esses pontos com a centralidade metropolitana de Porto Alegre;
- C) Analisar a relação entre a dinâmica espacial da população do Rio Grande do Sul e as formas atuais da metropolização.

## 1.3. Metodologia

De forma geral, esta pesquisa mescla abordagens descritivas e analíticas. Descritiva, pois, a partir dos recentes resultados censitários sobre o quantitativo populacional dos municípios, apresenta relevante caráter de demonstração desses dados nas unidades espaciais de análise utilizadas. Analítica, pois não negligencia a interpretação de como os dados apresentados se relacionam com os processos que dão fundamentação teórica ao trabalho, em especial a metropolização. Para isso, tem em sua estruturação alguns procedimentos metodológicos que, inevitavelmente, vão coexistindo e se retroalimentando ao longo do desenvolvimento da pesquisa.



### 1.3.1. Revisão bibliográfica

Foram realizados levantamentos de artigos, reportagens, entrevistas que deram a base teórica das discussões e que são apresentados ao longo do texto, em especial no referencial teórico. Foram consultados materiais que versam desde discussões mais pontuais como as realizadas em repercussão aos recentes resultados censitários até temáticas mais amplas como a metropolização e suas consequências espaciais, a conformação de arranjos urbano-regionais e cidades-região, o crescimento das cidades médias, a interiorização da população brasileira e desmetropolização.

### 1.3.2. Levantamento de dados

Em complementariedade ao corpo teórico, foram levantados dados que consistem basicamente nos quantitativos populacionais dos municípios do Rio Grande do Sul nos censos demográficos de 2010 e 2022. Como ponto importante a ser destacado nesse momento, se tem o desafio de comparação dos dados municipais em maior intervalo temporal ao longo das diferentes operações censitárias. Isso ocorre, pois os dados em questão estão ligados a unidades territoriais em constante mutação, devendo-se ter cautela na comparação imediata desses resultados. Por exemplo, com as diversas emancipações ocorridas no final do século passado, se torna muito difícil uma análise comparativa entre os dados de 1980 e 2022. Além disso, mesmo sem a ocorrência de emancipações, diversos municípios têm seus limites territoriais redesenhados com o passar dos anos, podendo uma localidade estar presente em um município em 2010, mas em outro em 2022, sendo necessário cuidado até mesmo na utilização dos dados dos censos mais recentes. Sendo assim, como forma de evitar interpretações equivocadas, foram utilizados, em comparação aos números do último censo, apenas os dados de quantitativo populacional de 2010, que foram readequados aos limites municipais de 2022 e publicizados pelo IBGE juntamente com os recentes resultados censitários.

### 1.3.3. Organização dos dados e elaboração das ilustrações

Com os dados levantados, se tem a importante tarefa de organizá-los e consolidar um banco de dados para ser utilizado posteriormente na ilustração desses a partir de tabelas, gráficos e mapas. Essa organização se deu com a

compilação de planilhas no Excel, sendo realizado as manipulações necessárias para se obter as informações a serem utilizadas nas ilustrações, como variação absoluta e relativa da população entre 2010 e 2022 nos mais diversos recortes espaciais. A partir disso, foi possível, com a utilização do mesmo aplicativo, a elaboração das tabelas e gráficos apresentados no trabalho. Por fim, para uma espacialização visual dos dados, com a utilização dos softwares de geoprocessamento QGIS e ArcGIS Pro e tendo como base a malha municipal de 2022 do Rio Grande do Sul disponibilizada pelo IBGE, realizou-se as demonstrações cartográficas presentes nos resultados e discussões.

#### 1.3.4. Análise dos resultados

Concomitantemente ao apresentado, foram sendo realizadas interpretações acerca dos resultados obtidos. Cabe ressaltar que isso acaba por desencadear novas inquietações e que despertam a necessidade de novos levantamentos bibliográficos e de dados, da organização dessas informações de determinada forma e da elaboração de novas análises. Foram investigados, com base nos referenciais teóricos e dados levantados e tabulados, o crescimento espacializado e por porte dos municípios do Rio Grande do Sul, a variação populacional de Porto Alegre, RMPA e aglomerações urbanas no seu entorno, a conformação de um arranjo espacial metropolitano estendido no estado, entre outros que serão desenvolvidos mais adiante.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Metropolização e arranjos espaciais metropolitanos

Essa pesquisa possui como eixo condutor a análise de uma possível desconcentração populacional em relação a uma metrópole e sua região metropolitana. Sendo assim, entende-se como a base teórica dessa discussão o processo que tem como uma de suas consequências o estabelecimento das metrópoles e dos arranjos metropolitanos: a metropolização.

Para Lencioni (2020), a metropolização é uma associação de processos sociais e espaciais que revoluciona e metamorfoseia o urbano e que se relaciona com a necessidade capitalista de renovação das estratégias para a reprodução e acumulação do capital. Dessa forma, ao mesmo tempo em que transforma o urbano, coexiste com alguns antigos processos de urbanização, sendo na “expansão das metrópoles e na urbanização dispersa constituintes de grandes regiões urbanas” que a metropolização tem sua face mais visível, intensa e avançada, tendendo, seu desenvolvimento, a um processo de adensamento da riqueza nas cidades mais importantes dentro da hierarquia urbana. Assim, amplia a extensão territorial delas, desenvolvendo conurbações e integrando espaços descontínuos e heterogêneos e desenvolvendo múltiplas centralidades (LENCIONI, 2020). Nesse sentido, para a autora, é “uma genuína metamorfose, uma mudança completa de forma, função e estrutura da urbanização” modificando, dentre outros, a relação entre industrialização e urbanização. Para isso, necessita do desenvolvimento das redes de circulação interurbanas, buscando fluidez na circulação de pessoas, mercadorias e informações, conectando e integrando lugares a uma dinâmica metropolitana.

Seria o processo de metropolização uma fase do desenvolvimento urbano? Sim e não. Sim, porque não deixa de ser uma continuidade daquele, e, não, porque tem, também, uma natureza diferente. Não se trata mais de criar cidades, de desenvolver a rede urbana ou de desenvolver a urbanização em seu sentido restrito; trata-se, agora, de produzir e de desenvolver novas condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital, subvertendo toda a lógica urbana herdada. Essas condições privilegiam e produzem a nova metrópole, fazendo-se presentes tanto no centro metropolitano como em territórios mais distantes, que passam a apresentar características que no passado só eram encontradas no centro. (LENCIONI, 2011)

Se observa, assim, que não é possível reduzir a metropolização apenas a uma expansão do urbano em metropolitano, visto que rompe com as características da urbanização historicamente herdada. Além disso, faz menção a condições que privilegiam e produzem a nova metrópole, trazendo a ideia de transformação dos próprios processos sociais e espaciais da metropolização, sendo algo mutável e dinâmico.

A metrópole transforma-se porque na contemporaneidade o processo de metropolização também está passando por uma grande transformação. Atualmente falamos em uma metropolização estendida, em uma metrópole dispersa, extensa, com bordas e limites cada vez mais remotos, difusos e imprecisos. (SOARES, 2018)

Isso acontece, pois configurações espaciais tradicionalmente associadas ao modo de produção e acumulação do capital vão se transformando e se adaptando a cada momento com o caminhar da metropolização. Para Moura (2016), “O desenho de expansão centro-periferia, que orientou a metropolização induzida pela indústria, na virada para o século XXI, cede lugar a processos mais complexos e a formas mais diversificadas, promovendo mudanças de valores, acentuando heterogeneidades e diferenças”. Ou seja, se observa a emergência de uma metrópole contemporânea, fruto da transformação da metropolização, sendo reconfigurada e redimensionada sua área de influência. Ocorre a diferenciação, dessa forma, entre região constituída pela expansão territorial dessa metrópole estendida e a tradicional região metropolitana que caracterizou boa parte do século XX relacionada aos processos industrialização e urbanização (MOURA, 2016).

Para Lencioni (2011), essa transformação ocorre, em grande parte, devido às crescentes relações entre o global e o local. Para a autora, “a metrópole contemporânea, a que exprime um novo tempo, pode ser considerada uma espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização”. Com isso, se apresenta como uma ampliação da metrópole moderna, fruto dos processos de industrialização e urbanização, constituindo uma nova forma territorial (LENCIONI, 2011). Esse fortalecimento das relações entre o global e o local e suas consequências espaciais também foram abordados por Brenner (2018):

Cidades e Estados estão sendo reconfigurados, reterritorializados e reescalados em conjunto com o mais recente ciclo de globalização capitalista, mas ambos

permanecem sendo formas essenciais de organização territorial sobre as quais se baseia a circulação de capital em escala mundial. (BRENNER, 2018)

O atual ciclo de globalização capitalista, dessa forma, estaria promovendo uma reorganização territorial do processo de urbanização, tanto em escala global e nacional, quanto em escala urbano-regional (BRENNER, 2018). Para o autor, o urbano-regional se caracteriza como uma escala espacial de acúmulo de capital inserido nesse contexto do atual ciclo de globalização e que proporciona uma recomposição da forma urbana ao articular as cidades em regiões compactas e policêntricas. De acordo com Brenner (2018), essa articulação das cidades em regiões já teria sido identificada e intitulada como “campo urbano” por Lefebvre (1968;1995) e Friedmann (1965;1973), como “cidades de 100 milhas” por Sudjic (1993), como “exópolis” por Soja (1992). Independentemente de como sejam rotuladas, contudo, são a representação de um sistema urbano com geometrias cada vez mais policêntricas e que parece ocorrer em cidade-regiões como Los Angeles, Amsterdã/ Randstad, Frankfurt/Rhein-Main, a região de Zurique, Tóquio/ Yokohama/Nagoya e Hong-Kong/Guandong, entre tantas outras (BRENNER, 2018).

Se entende, então, apesar da diversidade de nomenclaturas, que essa tendência de conformação das cidades em regiões consolida o urbano-regional como importante escala de análise. Isso se deve, para Magalhães (2008), dentre outros fatores, ao fato de a organização produtiva pós-fordista encontrar nessa cidade-região uma alternativa aos elementos de rigidez estabelecidos no ambiente metropolitano pelo próprio processo fordista, escapar dos custos de localização elevados na metrópole, se deslocar de centros com maior atuação de sindicatos, mas, ao mesmo tempo, manter proximidade relativa com o núcleo metropolitano essencial para acessar os serviços especializados necessários. Para o autor, essa proximidade relativa se consolidaria com a compressão espaço-temporal, proposta por Harvey, que diminui o tempo necessário para transpassar o intervalo espacial, resultando em uma maior fluidez entre as localidades e tornando-as efetivamente mais próximas. Isso permite, que a dinâmica metropolitana se estenda para além de seus antigos limites, expandindo suas bordas difusas de alcance imediato.

Dessa forma, vão ganhando forma novos arranjos espaciais metropolitanos redimensionados em escala urbano-regional. Podem ser entendidos como a configuração espacial apropriada para as necessidades de acumulação capitalista

da contemporaneidade, podendo se tornar, com o passar do tempo, obsoleta e representar um entrave, devendo ser reestruturada, reconfigurada e reconstruída para dar as bases mais eficientes para o novo contexto (MAGALHÃES, 2008).

Moura (2008) definiu essa configuração espacial como arranjos urbano-regionais. Para a autora, esses representam uma extrapolação da “cidade enquanto forma física delimitada pelo espaço construído e contínuo, incorporando o desenho de aglomerações urbanas mais extensas e nem sempre contínuas”. São formados, então, por um território que extrapola um aglomerado principal e integra outras aglomerações nas proximidades. Dessa forma, assumem “uma multidimensionalidade e uma multiescalaridade que demarcam seu caráter complexo, caracterizando-se como uma configuração híbrida entre o urbano e o regional” (MOURA, 2008).

Os arranjos urbano-regionais respondem por atividades diversificadas, operam como espaços receptores e difusores de decisões e capitais, e participam de modo mais integrado nos âmbitos estadual, nacional e internacional, como os principais elos na divisão social do trabalho. Frutos do processo de metropolização contemporâneo – que manifesta especialmente o modelo de desenvolvimento vigente, mais que morfologias –, configuram-se em polos da diversificação produtiva e da diversidade social, potencializando sua capacidade multiplicadora e aceleradora de fluxos e dinâmicas, e sua condição propícia como localizações privilegiadas à reprodução e à acumulação do capital. (MOURA, 2008)

Compreende-se, assim, que a formação dos arranjos urbano-regionais guardam importante relação com a integração de aglomerações decorrente da metropolização contemporânea. Algumas dessas, como resultado dos movimentos concentradores do modelo de produção capitalista, expandem-se física, econômica e funcionalmente, configurando uma unidade espacial, contínua ou descontínua (MOURA, 2008). Para Moura (2008), esses arranjos mostram que há algo para além de metrópoles e aglomerações urbanas no processo de metropolização, sendo “configurações ainda mais complexas, pela sua dinâmica de fluxos, concentração econômico-institucional, multiescalaridade e multifuncionalidade, sob formas expandidas, descontínuas e aglutinadoras”, com uma dimensão de aproximadamente 200km a partir de seu centro. Esses arranjos espaciais urbano-regionais representam um reescalonamento das aglomerações metropolitanas,

representando um estágio avançado da metropolização, que vem metamorfoseando o espaço intra e extra-urbano (MOURA, 2016).

Ao mesmo tempo, para Lencioni (2011), essa metropolização contemporânea vem “redefinindo as funções do núcleo metropolitano, que tem que responder, cada vez mais, às exigências da reestruturação econômica, implicando, então, o desenvolvimento de novos serviços”. Essa redefinição, contudo, não representa um enfraquecimento do protagonismo da metrópole, mas uma especialização em serviços de gestão do capital das empresas, assim como relativos ao setor financeiro, à administração pública e ao controle político. Nesse sentido, mesmo com a dispersão da indústria em unidades distribuídas ao longo do território, a exigência de um centro gestor para coordenar a valorização do capital e garantir sua reprodução reforça o papel decisivo do núcleo metropolitano, sendo um aspecto fundamental para se compreender a formação dessa cidade-região (LENCIONI, 2011).

A partir disso, cabem algumas colocações sobre a diversidade de termos utilizados para se referir a essa configuração espacial resultante do estágio contemporâneo da metropolização. Antes de tudo, está se falando de um novo arranjo espacial, ou seja, de uma configuração de infraestrutura e ocupação que, em uma lógica capitalista, servem à reprodução e acumulação do capital. Tal arranjo, no contexto em que se insere, possui um caráter metropolitano, fruto dessa metropolização estendida e redimensionada à escala do urbano-regional. Sendo assim, entende-se que, guardadas as especificidades da origem conceitual de cada termo, pode-se equivaler, a partir dos referenciais teóricos utilizados neste trabalho, os “arranjos urbano-regionais” de Moura (2008; 2016) e a “cidade-região” de Brenner (2018), Lencioni (2011), Magalhães (2008), Soares (2018), Soares e Sassi (2021). Isso se torna possível visto que todos os conceitos se referem ao arranjo espacial metropolitano, ou macro-metropolitano na intenção de frisar esse redimensionamento, que vem se conformando, cada vez mais, em uma dimensão urbano-regional. Além disso, nos exemplos brasileiros, quando Moura (2008) identificada os arranjos urbano-regionais brasileiros, são basicamente as mesmas unidades territoriais que os demais autores identificam como cidade-região.

Para Magalhães (2008), a cidade-região é a forma urbana resultante do estágio contemporâneo do processo de metropolização. Se apresenta como uma

nova unidade de análise urbano-regional, se tornando um novo ente geográfico, sendo formada pela área metropolitana mais concisa somada de seu entorno imediato, onde são identificadas novas centralidades de pequeno e médio porte associadas aos processos de metropolização (MAGALHÃES, 2008). Entende-se, então, a cidade-região como um novo arranjo espacial em escala urbano-regional e de caráter macro-metropolitano, ou seja, resultado do reescalamento contemporâneo dos processos socioespaciais da metropolização.

De forma semelhante, Soares e Sassi (2021) entendem por cidade-região o conjunto de centros urbanos que estabelecem entre si relações de interdependência e complementariedade e formam uma estrutura socioespacial complexa, multicêntrica e hierarquizada, tendo sua principal centralidade na metrópole. Essa estrutura, segundo os autores, estaria inserida em um contexto de extrapolação dos tradicionais limiares considerados na leitura dos fenômenos da urbanização e metropolização, atualmente muito relacionados a uma dimensão regional. Nessa linha, Magalhães (2008) propõe que:

a cidade-região começa a ganhar forma a partir do momento em que o processo de urbanização dos entornos metropolitanos começa a se intensificar e a ter suas lógicas integradas ao tecido metropolitano, através de um aumento também dos fluxos do núcleo metropolitano para seu entorno e vice-versa. (MAGALHÃES, 2008)

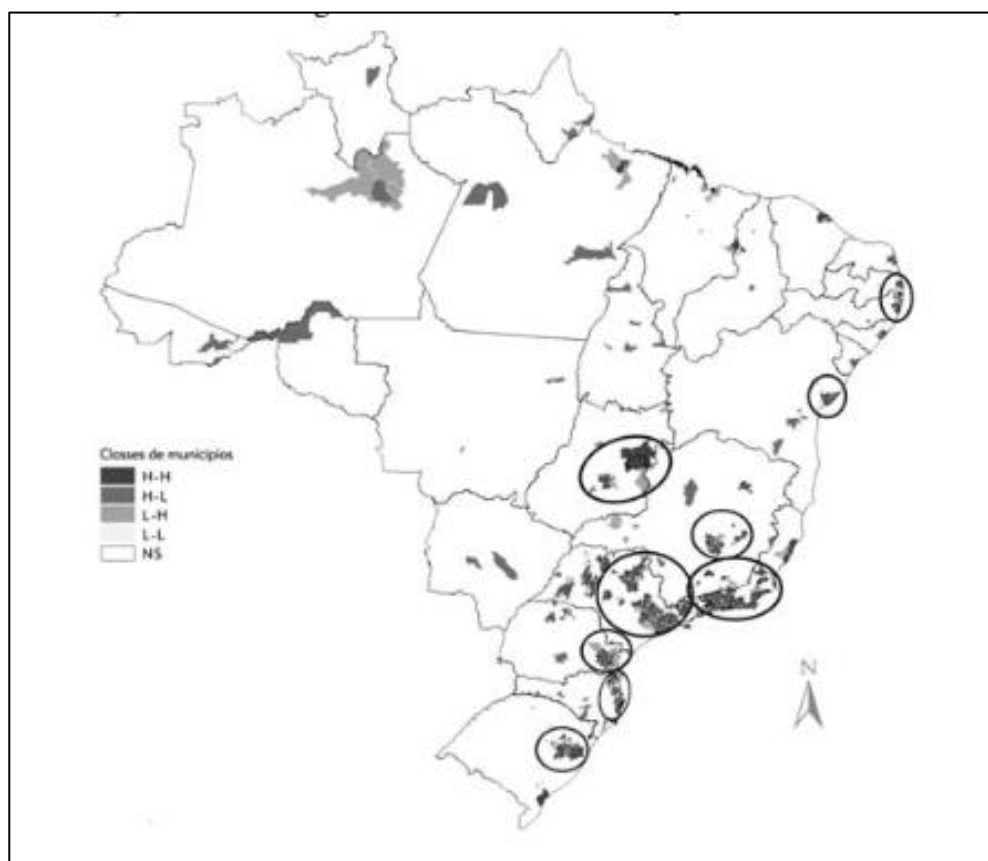
Essas tendências, segundo Magalhães (2008), se manifestam no Brasil de forma mais expressiva na Região Metropolitana de São Paulo e no seu entorno, abrangendo a Região Metropolitana da Baixada Santista, a Região Metropolitana de Campinas, assim como as aglomerações de Sorocaba e São José dos Campos, que no momento passavam por um processo de integração à dinâmica metropolitana. Essas aglomerações, no entanto, vieram a ser institucionalizadas como regiões metropolitanas nos anos subsequentes ao estudo. Outros casos incipientes, segundo o autor “com sinais de formação de formação desta área macro-metropolitana”, são Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e alguns eixos de urbanização como Goiânia-Brasília, Florianópolis-Joinville-Blumenau, Maringá-Londrina, Porto Alegre-Caxias do Sul, entre outros.

Outra pesquisa que se debruçou na identificação desses arranjos espaciais no Brasil foi a realizada por Moura (2008), detectou “nove unidades aglutinadoras



que expressam natureza urbano-regional: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília/Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife/João Pessoa e Leste Catarinense”.

Figura 1 – Arranjos urbano-regionais no Brasil



Elaborado por Moura, 2008.

Nota-se que nas duas pesquisas, Magalhães (2008) e Moura (2008), foi identificado um arranjo espacial no Rio Grande do Sul com principal centralidade em Porto Alegre. Esse “complexo metropolitano riograndense” (MOURA; KLEINKE, 1999), será um dos pontos centrais de discussão deste trabalho e será analisado mais adiante.

Anteriormente a isso, outro arranjo identificado por ambas as pesquisas, sendo considerado como o mais expressivo caso brasileiro, é o complexo das regiões metropolitanas paulistas. Esse arranjo espacial, em específico, representou importante objeto de estudo para Lencioni (2011) na identificação da cidade-região de São Paulo. Para a autora, um dos pontos centrais para a conformação desse arranjo espacial metropolitano é a perda relativa da atividade industrial na cidade de

São Paulo e em sua região metropolitana, o que pode ser identificado nos indicadores disponíveis de 1995 a 2010. Contudo, essa aparente desconcentração encontra um importante anteparo de reconcentração no “interior” do estado. Esse, que não seria “qualquer parcela à retroterra da região metropolitana”, mas compreenderia regiões metropolitanas próximas a de São Paulo, como de Campinas e da Baixada Santista além dos Aglomerados Urbanos de Jundiaí, São José dos Campos, Piracicaba e Sorocaba e, ainda, nas Microrregiões Bragantina e São Roque (LENCIONI, 2011). Esse conjunto territorial estaria indicando a constituição de uma cidade-região no estado, pois:

a expansão territorial da metrópole constitui uma região, precisamente uma região de outro tipo, que não pode ser confundida com a região metropolitana relacionada ao processo de industrialização e urbanização, tão característica dos três primeiros quartos do século XX. Outros termos poderiam ser usados, numa extensa gama de termos concebidos para nominar essa nova metrópole que surge, mas esse termo deixa claro que o processo de metropolização do espaço, que no caso de São Paulo é acompanhado de desconcentração territorial da indústria, conforma uma região. (LENCIONI, 2011)

Essa cidade-região teria uma extensão territorial de cerca de 200km a partir do seu centro, apesar de seu “limite fluido e difícil de delimitar”. Essa dificuldade se deve, sobretudo, pois esse aglomerado metropolitano constitui um espaço de fluxos materiais e imateriais, tendo, seu limite, relação com a capacidade de integração dos lugares a essa unidade (LENCIONI, 2011). Sendo assim, se observa novamente a importância, na conformação desse arranjo metropolitano estendido, de um novo equacionamento das relações espaço-temporais trazido, principalmente, pelo avanço das tecnologias das telecomunicações e transporte. Seriam, para Lencioni (2011), pressupostos à redistribuição territorial da indústria e para a ocorrência dessa metamorfose metropolitana, pois é essa revolução nas redes, redimensionando a relação espaço-tempo, que permite a “integração na dispersão”.

Contudo, ao longo do processo de conformação desses arranjos identificados no território brasileiro, diversas análises foram e vêm sendo realizadas no tentativa de compreender o aumento, principalmente em tabulações de quantitativo populacional, desses centros urbanos externos ao núcleo metropolitano. Muitas dessas, entretanto, chegam a conclusões como a interiorização da população, o

crescimento das cidades médias e a desmetropolização, conforme demonstrado na introdução deste trabalho e na pesquisa de Silva, Cunha, Alonso e Chaves (2017).

Nesse sentido, este trabalho questiona se o crescimento desta tipologia de municípios não estaria relacionado à expansão das regiões metropolitanas (e à emergência de uma nova morfologia urbana), ou se de fato estaria ocorrendo uma interiorização da população. Assim, foram classificadas como cidades de porte médio aquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes, e foram analisados o crescimento e os fluxos migratórios dos municípios localizados em regiões metropolitanas e fora destas, no estado de São Paulo, nos anos de 2000 e 2010. (SILVA; CUNHA; ALONSO; CHAVES, 2017)

Ao longo da artigo, os autores observam que com o passar do tempo houve um processo de reorganização do espaço brasileiro com um aumento progressivo da população em cidades cada vez maiores. De acordo com as referências consultadas por eles, em 1940 as cidades com menos de 20 mil habitantes concentravam 85% da população, caindo para 46% em 1980. No mesmo intervalo de tempo, municípios com mais de 500 mil habitantes passaram de 8% para 32% de participação relativa da população brasileira. Os aglomerados metropolitanos foram os que mais cresceram no período, recebendo grandes fluxos migratórios e tendo protagonismo no incremento populacional, contudo, a partir do censo de 1991, já se observaria um arrefecimento no crescimento desses grandes centros (SILVA; CUNHA; ALONSO; CHAVES, 2017).

Tabela 1 – População por classes de municípios no Brasil (1970-2010)

| Categorias de município | Classe de população |             |             |             |             |
|-------------------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                         | 1970                | 1980        | 1991        | 2000        | 2010        |
| Abaixo de 100.000       | 3858                | 3849        | 4304        | 5283        | 5282        |
| De 100.001 a 500.000    | 83                  | 124         | 162         | 193         | 245         |
| Mais de 500.000         | 11                  | 18          | 25          | 31          | 38          |
| <b>Total</b>            | 3952                | 3991        | 4491        | 5507        | 5565        |
| Categorias de município | População Residente |             |             |             |             |
| Abaixo de 100.000       | 61.915.394          | 67.989.605  | 76.067.276  | 83.131.556  | 86.319.122  |
| De 100.001 a 500.000    | 14.610.868          | 23.631.329  | 32.073.626  | 39.576.864  | 48.565.171  |
| Mais de 500.000         | 17.982.321          | 29.529.639  | 38.776.557  | 46.882.273  | 55.871.506  |
| <b>Total</b>            | 94.508.583          | 121.150.573 | 146.917.459 | 169.590.693 | 190.755.799 |

Elaborado por Silva, Cunha, Alonso e Chaves, 2017. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Através da tabulação dos dados de quantitativo populacional por classe de municípios dos censos demográficos de 1970 a 2010, notaram um significativo crescimento das cidades categorizadas como de porte médio. Nesse sentido, buscaram compreender se esse crescimento representaria uma real ascensão dessas cidades, dispersas ao longo do território, ou se estariam “observando o crescimento de cidades em contextos metropolitanos ou de aglomerações urbanas, ou seja, seriam muito mais um retrato da expansão destas áreas”. Para isso, analisaram o caso do estado de São Paulo, pois apesar de saber que não poderiam apenas expandir os resultados para todo o país, poderiam proporcionar uma boa referência para a compreensão do papel dessas cidades de médio porte no processo de redistribuição espacial da população no Brasil.

Como resultado, Silva, Cunha, Alonso e Chaves (2017) constataram que é “em direção às cidades médias localizadas em RMs e AUs (em síntese na Macro-metrópole Paulista)” que ocorrem as maiores taxas de crescimento e fluxos migratórios, levando a uma relativização das conclusões acerca da desconcentração e interiorização no estado analisado. Dessa forma, a pesquisa demonstra que as metrópoles continuam a influenciar o adensamento populacional brasileiro, estando, a maioria das cidades médias com maior crescimento, localizadas em regiões metropolitanas ou em núcleos urbanos no entorno dessas. Em complemento a isso, Moura (2016) ressalta que “poucos são os municípios que se apontam como centros isolados, sempre muito distantes das metrópoles e suas aglomerações, situados em áreas de expansão da fronteira econômica”. Percebe-se, então, a importância de se considerar a dimensão espacial do crescimento da população.

Esse crescimento aparentemente disperso das cidade médias, também foi relativizado por Rodrigues e Ribeiro (2023), dessa vez a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022. De acordo com os autores, “83 municípios dos 278 nessa faixa populacional fazem parte de alguma Concentração Urbana classificada como Metrópole”, sendo um elemento indispensável a ser considerado. A partir da tabulação a seguir, se observa que, ao isolar as concentrações urbanas classificadas como metrópole, a partir da referência utilizada, os municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes passam a representar 36,6% do crescimento, frente aos 83% de quando não foi considerada essa unidade territorial de análise.

Tabela 2 – População por classes de municípios no Brasil (2010-2022)

| Recorte espacial                      | 2010               |              | 2022               |              | 2010-2022         |                  |                   |
|---------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|-------------------|------------------|-------------------|
|                                       | População          | % População  | População          | % População  | Varição (abs)     | % no crescimento | Tx de crescimento |
| <b>15 Metrôpoles (294 municípios)</b> | <b>67.234.505</b>  | <b>35,2</b>  | <b>70.386.517</b>  | <b>34,7</b>  | <b>3.152.012</b>  | <b>25,6</b>      | <b>0,38</b>       |
| <b>Demais municípios</b>              | <b>123.521.294</b> | <b>64,8</b>  | <b>132.675.995</b> | <b>65,3</b>  | <b>9.154.701</b>  | <b>74,4</b>      | <b>0,60</b>       |
| mais de 500 mil                       | 10.718.232         | 5,6          | 11.760.618         | 5,8          | 1.042.386         | 8,5              | 0,78              |
| de 100 mil a 500 mil                  | 33.357.346         | 17,5         | 37.860.318         | 18,6         | 4.502.972         | 36,6             | 1,06              |
| de 20 mil a 100 mil                   | 47.937.189         | 25,1         | 51.431.525         | 25,3         | 3.494.336         | 28,4             | 0,59              |
| até 20 mil                            | 31.508.527         | 16,5         | 31.623.534         | 15,6         | 115.007           | 0,9              | 0,03              |
| <b>Total Geral</b>                    | <b>190.755.799</b> | <b>100,0</b> | <b>203.062.512</b> | <b>100,0</b> | <b>12.306.713</b> | <b>100,0</b>     | <b>0,52</b>       |

Elaborado por Rodrigues e Ribeiro, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

## 2.2. Rearranjo espacial metropolitano no Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, algumas transformações relativas ao metropolitano também vêm sendo observadas. Segundo Soares (2018), “a metrópole de Porto Alegre produziu uma nova centralidade do terciário superior que concentra atividades de gestão da economia capitalista adequadas para a inserção da economia regional na economia globalizada”. Essa concentração relacionada a gestão do capital, serviços financeiros, controle e informação representam uma posição de comando tanto das atividade metropolitanas como das pertencentes nas aglomerações urbanas. Dessa forma, grande parte da economia industrial do estado tem nessa importante centralidade da metrópole seu ponto de integração ao mercado global (SOARES, 2018).

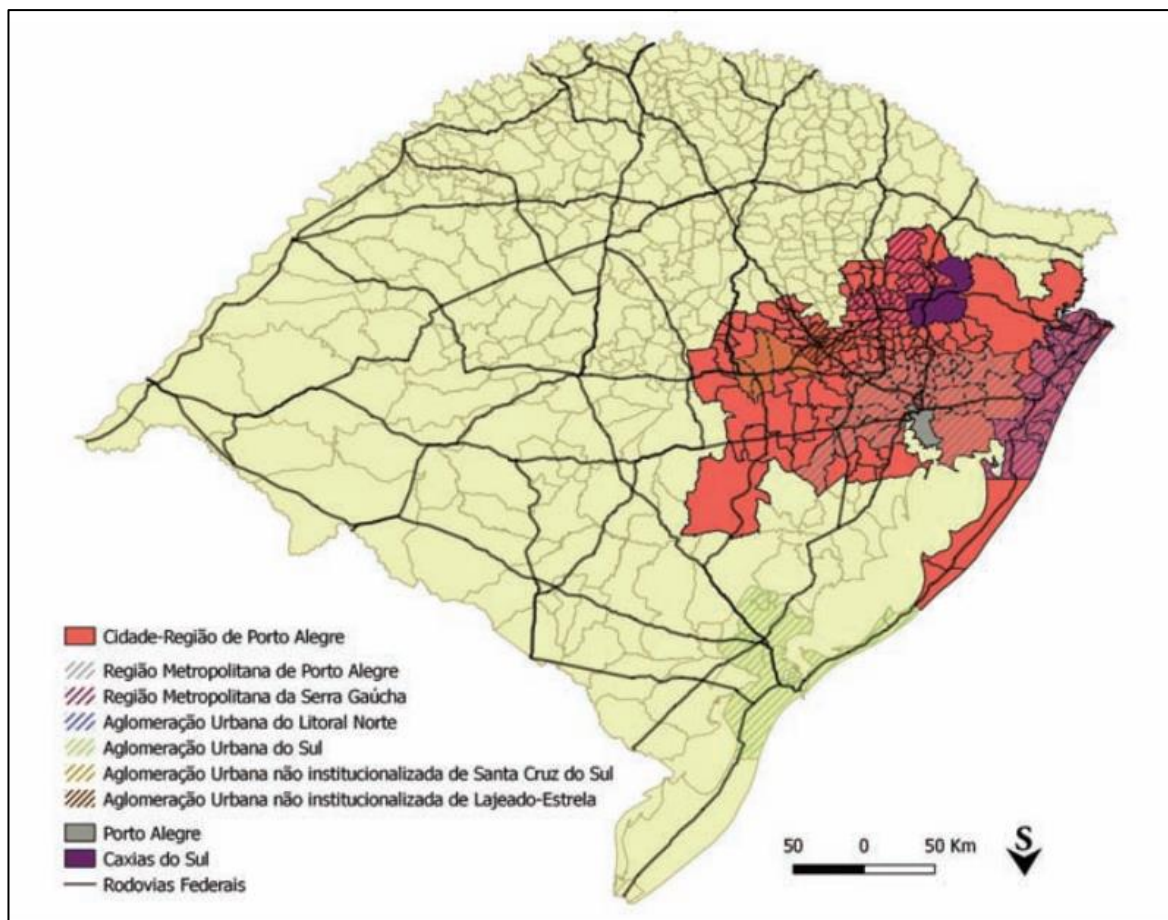
Essa transformação, por sua vez, se relaciona com um movimento de “desconcentração” que foi sendo identificado, com a dinâmica metropolitana extrapolando seus limites oficiais em direção a outras concentrações urbanas consolidadas ou em formação no seu entorno (SOARES; SASSI, 2021). O movimento em questão já era identificado por Moura e Kleinke (1999) quando se referiram à expansão que a aglomeração metropolitana de Porto Alegre estava apresentando em direção a pequenas aglomerações vizinhas, inserindo-as numa dinâmica comum. Essa expansão representaria o processo aglomerativo mais dinâmico da região sul e constituiria o que chamaram de “complexo metropolitano riograndense”, sendo a integração das aglomerações urbanas de Porto Alegre, Caxias do Sul, Lajeado e Santa Cruz do Sul. Dessa forma, pode-se dizer, de acordo com Soares (2018), que “a metrópole, a região metropolitana e as aglomerações

urbano-industriais do entorno metropolitano fazem parte de um conjunto espacial ou de uma nova forma espacial que pode ser considerada a 'cidade-região' ou a 'região urbana' de Porto Alegre”.

A partir disso, Soares e Sassi (2021), buscaram uma forma de recortar espacialmente essa unidade de análise considerada por Lencioni (2011) como tendo bordas fluidas, difusas e de difícil delimitação. A Cidade-região de Porto Alegre teria como base as aglomerações urbano-industriais localizadas em até 150km da metrópole de Porto Alegre, englobando, dessa forma, as regiões metropolitanas institucionalizadas de Porto Alegre (RMPA) e da Serra Gaúcha (RMSG), a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULIN) e as aglomerações urbanas não institucionalizadas de Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul-Vera Cruz-Venâncio Aires (SOARES; SASSI, 2021). Foi verificado, então, a quais regiões geográficas imediatas propostas pelo IBGE (2017) pertenciam os municípios dessas aglomerações, chegando-se a uma composição da Cidade-região de Porto Alegre como sendo o conjunto das regiões geográficas de influência imediata de Porto Alegre, Novo Hamburgo-São Leopoldo, Taquara-Parobé-Igrejinha, Charqueadas-Triunfo-São Jerônimo, Montenegro, Santa Cruz do Sul, Lajeado-Estrela, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Tramandaí-Osório e Torres.

Esse recorte espacial engloba 152 municípios, dos 497 do estado, e representava, pelo censo de 2010, uma parcela de 56,43% da população total do Rio Grande do Sul. Em 2020, pelas estimativas do IBGE, que era o dado mais atual para os autores no momento da elaboração do artigo, a cidade-região havia subido sua participação relativa para 58,25%, o que representaria um crescimento populacional de 9,18%, frente aos 6,25% no total do estado. Atualizando esses números com os dados atuais, de acordo com o Censo Demográfico 2022, a cidade-região proposta subiu sua participação relativa para 57,41%, representando um incremento no quantitativo de habitantes de 3,38% em relação a 2010, quase o dobro dos 1,74% registrado no total do estado. Além dessa relevância populacional, apresenta uma grande relevância socioeconômica, sendo responsável, em 2017, por 63,60% do PIB estadual. Reunia, nos anos de 2007, 2012 e 2016, nove dos 10 municípios com maior VAB industrial, representando, nos mesmos anos citados, 76,16%, 74,28% e 73,38% do VAB industrial gaúcho, respectivamente (SOARES; SASSI, 2021).

Figura 2 – Mapa de composição da cidade-região de Porto Alegre



Soares e Sassi, 2021. Fonte: IBGE e DNIT

Como resultado da pesquisa, após analisarem indicadores socioeconômicos como PIB, VAB e IPC, Soares e Sassi (2021) verificam um lento e contínuo processo de desconcentração econômica que acontece em sentido centrífugo ao núcleo metropolitano, ao passo em que as aglomerações urbanas do entorno vão, também de forma lenta e contínua, concentrando maior percentual da atividade econômica do estado. Essa desconcentração em curso, que favorece as aglomerações do arredor metropolitano, é o que possibilitaria a formação da cidade-região de Porto Alegre.

Em complemento à análise dessas tendências socioeconômicas estaduais e de suas repercussões espaciais, Soares e Freitas (2023), a partir dos quantitativos populacionais trazidos pelo censo de 2022, apresentam e realizam uma breve análise dos dados no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e seu entorno. Segundo os autores, os resultados não pegam de surpresa aqueles que já vinham acompanhando as tendências de queda do ritmo de crescimento



populacional do estado e da capital, contudo:

O que talvez surpreenda é o tamanho da queda: Porto Alegre (o núcleo metropolitano) apresentou uma regressão de 5,45% ou mais de 76 mil habitantes, o que impactou na Região Metropolitana como um todo, que também apresentou decréscimo populacional entre 2010 e 2022 (menos 14 mil habitantes). (SOARES; FREITAS, 2023)

Essa perda populacional na RMPA e em Porto Alegre, para os autores, embora não tenha sido homogênea na região, reflete processos de desconcentração metropolitana em curso. De acordo com a divisão da RMPA adotada pelo Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles, com exceção da capital, todas as demais “regiões” apresentam crescimento, em especial a que se refere aos municípios mais próximos das bordas da região institucionalizada (SOARES; FREITAS, 2023). Essa divisão considera quatro unidades de análise, estando Porto Alegre como núcleo metropolitano isolada em uma delas, RMPA-POA representando os municípios em um entorno imediato da metrópole, RMPA-Vale englobando o Vale dos Sinos polarizado por Novo Hamburgo e São Leopoldo e, por fim, RMPA-Entorno sendo os municípios mais afastados da capital.

Tabela 3 – Crescimento populacional por “região” da RMPA (2010-2022)

| Regiões      | 2022      |           | 2010      |           | Crescimento (2010-2022) |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------------|
|              | População | Part. (%) | População | Part. (%) |                         |
| Porto Alegre | 1.332.570 | 33,16     | 1.409.939 | 34,96     | -5,5                    |
| RMPA-PoA     | 1.530.167 | 38,08     | 1.496.971 | 37,12     | 2,2                     |
| RMPA-Vale    | 800.023   | 19,91     | 783.976   | 19,44     | 2,0                     |
| RMPA-Entorno | 355.253   | 8,84      | 342.280   | 8,49      | 3,8                     |

SOARES e FREITAS, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Para Soares e Freitas (2023), esses resultados indicam um “deslocamento populacional do centro para a periferia metropolitana” e, estendendo o olhar para os espaços externos à RMPA, verifica-se um expressivo crescimento em áreas urbanas



situadas nas proximidades da Região Metropolitana, como as da Aglomeração Urbana do Litoral Norte, da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, além das polarizadas por Lajeado e Santa Cruz do Sul. Dessa forma, sugerem que isso “pode estar expressando um processo mais amplo de desconcentração urbano-industrial e a emergência de uma “macro-metrópole” no Rio Grande do Sul”. Sendo assim, representaria a continuidade dos processos de urbanização e metropolização que seguem seu curso no país e no estado.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

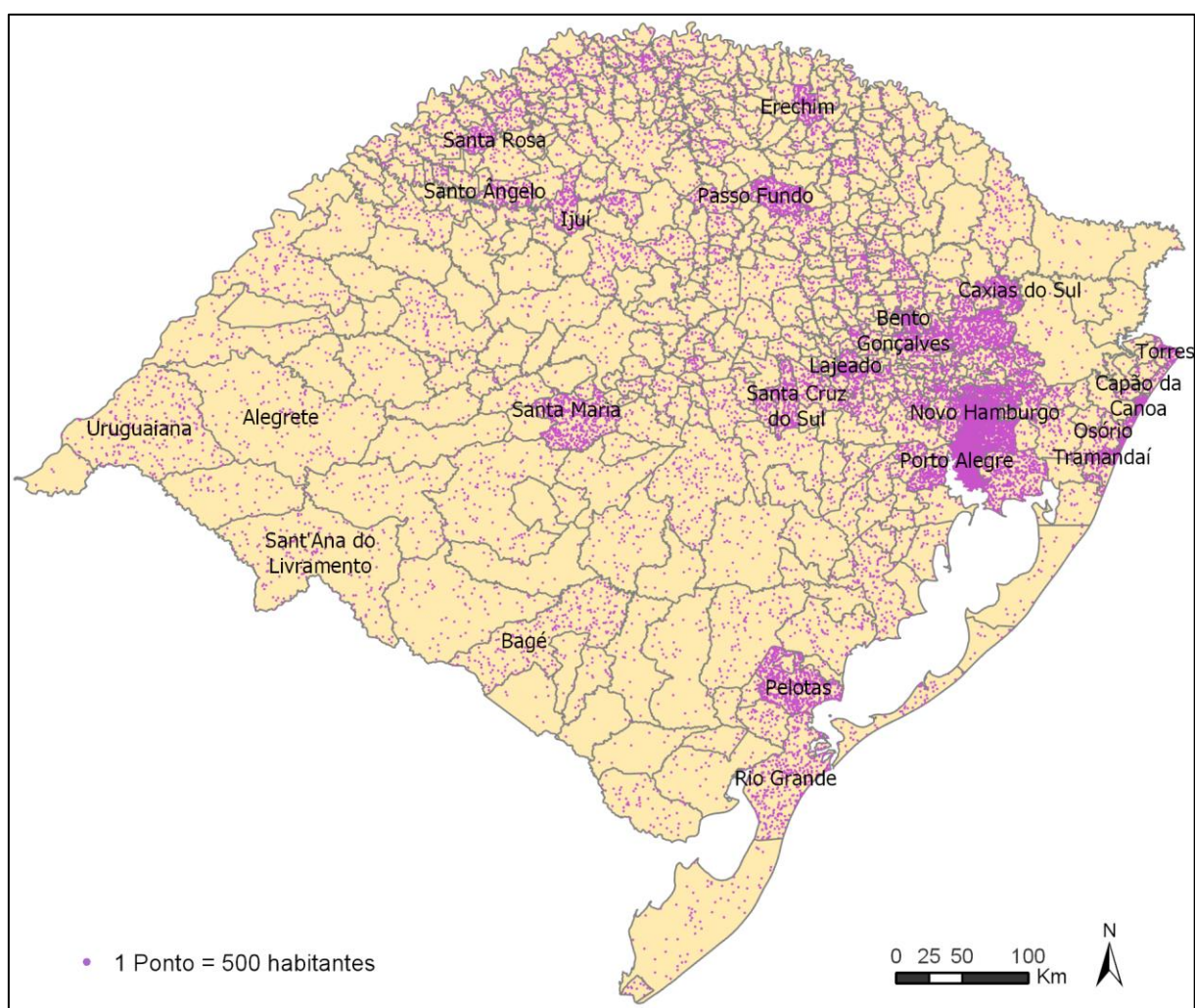
De forma complementar ao salientado na descrição da metodologia, se mostram importantes algumas observações sobre o intervalo temporal adotado para o desenvolvimento desta pesquisa. Estão sendo analisados os dados de quantitativo populacional dos municípios do Rio Grande do Sul nos censos de 2010 e 2022, principalmente em relação às variações em termos absolutos e relativos identificadas nesse período. Conforme explicado anteriormente, é possível a associação direta desses resultados pela compatibilização divulgada pelo IBGE dos resultados de 2010 com a malha municipal de 2022, evitando falsas impressões causadas por alterações nos limites municipais, o que não é possível para as demais operações censitárias. Se entende que, apesar de desejável um maior intervalo temporal, essa limitação não se apresenta como obstáculo significativo, quando somada ao embasamento teórico utilizado, para o desenvolvimento dos resultados e discussões aqui propostos.

Além disso, por mais que se entenda essencial uma análise conjunta com diferentes indicadores, como PIB, VAB, migração, entre outros, pede-se licença para um enfoque nas informações sobre a população residente em cada município do estado nas duas últimas operações censitárias. Isso se deve, primeiro, pois, até o momento de elaboração deste trabalho, não se teve a divulgação de dados do censo que poderiam ser integrados à análise, como de migração, ocupação e deslocamentos para trabalho e estudo. Além disso, as conclusões que vêm sendo veiculadas após a divulgação dos primeiros resultados censitários são realizadas, quase que exclusivamente, baseadas nos quantitativos populacionais dos municípios e de suas variações no último período intercensitário. Com isso, busca-se preservar, também, o leque de dados utilizados nessas conclusões para que seja possível verificar se uma interpretação espacializada desses mesmos dados não possibilitam a identificação de tendências diferentes. Dessa forma, mesmo sendo vislumbrada uma futura incorporação de dados de outras naturezas, acredita-se que se faz possível a elaboração de importantes contribuições ao entendimento das dinâmicas espaciais da população do estado bem como de alguns dos processos associados a essas, principalmente em relação ao arranjo espacial metropolitano em conformação.

### 3.1. Distribuição e variações populacionais no Rio Grande do Sul

A partir de junho de 2023, com a divulgação dos primeiros resultados da mais recente operação censitária realizada pelo IBGE, repercussões e algumas conclusões quase que imediatas começaram a ser veiculadas por veículos de mídia acerca de transformações na ocupação do território brasileiro. No geral, realizadas na tentativa de demonstrar mudanças ocorridas no último período intercensitário a respeito da população dos municípios, das regiões metropolitanas, dos estados e do país. No Rio Grande do Sul, como recorte de análise deste trabalho, não foi diferente. Entretanto, é demonstrado aqui que uma incorporação mais cautelosa da dimensão espacial a algumas dessas conclusões demonstram tendências diferentes e em certos momentos até mesmo opostas, principalmente quando aliado aos referenciais teóricos utilizados.

Figura 3 – Mapa de distribuição da população no Rio Grande do Sul (2022)



Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

De forma geral, por meio do mapa elaborado com os resultados do Censo Demográfico 2022, é possível observar que basicamente as mesmas áreas que historicamente concentram a população gaúcha permanecem com tal dominância. Percebe-se como a mancha mais densa de ocupação do estado engloba a parcela territorial que compreende os limites da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e que se estende em direção ao eixo formado por Santa Cruz do Sul, Lajeado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e municípios do litoral norte. Conforme abordado no referencial teórico, foi justamente essa parcela territorial que Moura e Kleinke (1999) identificaram como “complexo metropolitano riograndense”, sendo posteriormente delimitado por Soeres e Sassi (2021) como a cidade-região de Porto Alegre. Por meio do mapa apresentado, consegue-se identificar esse arranjo espacial, que é um dos elementos centrais para as discussões deste trabalho, mesmo sem a utilização de delimitações, apenas pela concentração populacional nesse raio de aproximadamente 150km a partir de Porto Alegre, por mais que a relevância demográfica seja apenas um dos fatores de sua estruturação. Além disso, se identifica outras relevantes concentrações como em Erechim e Passo Fundo ao norte do estado, Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa a noroeste, Pelotas e Rio Grande em aglomeração ao sul, Santa Maria ao centro, assim como Alegrete, Uruguiana, Sant’Ana do Livramento e Bagé a oeste/sudoeste.

Contudo, o que acabou por chamar a atenção nos resultados divulgados sobre o estado e contou com maior repercussão foram algumas variações na população de certas unidades territoriais entre 2010 e 2022. A respeito da população total do estado, foi identificado um crescimento menor do que o esperado pelas estimativas populacionais. O Rio Grande do Sul apresentou uma variação absoluta positiva de 186 mil habitantes, chegando a uma população de 10,88 milhões de pessoas. Isso representa um aumento de 1,74% no período intercensitário de 12 anos, sendo a 5ª unidade da federação que menos cresceu nesse intervalo temporal. Era esperado pelo IBGE que a população do estado estivesse próxima dos 11,5 milhões de habitantes, o que representaria uma variação percentual de 7,5%. Esse crescimento estadual mais tímido foi apresentado na maior parte dos estados brasileiros, ocasionando uma variação populacional nacional também menor que a esperada. Todavia, outro resultado que estampou manchetes e que aconteceu em um conjunto mais seleto de estados foi, conforme demonstrado na tabela abaixo,

o decréscimo populacional da metrópole Porto Alegre (POA) e de sua região metropolitana institucionalizada (RMPA). Essas diminuições foram alvo de intensas repercussões na mídia nacional e estadual, visto que apresentavam variações negativas inéditas para as áreas de maior concentração populacional do estado. O município de Porto Alegre, inclusive, foi a 5ª capital estadual com maior perda de população, apresentando uma redução de 76,8 mil pessoas (-5,45%). A região metropolitana, por sua vez, demonstrou retração de 14 mil pessoas (-0,35%), apesar de ainda concentrar aproximadamente 37% da população do estado. Entretanto, algo que contribuiu para as conclusões veiculadas juntamente a esses dados, foi o crescimento do conjunto dos demais municípios do estado, externos a RMPA, concentrando um crescimento de 200 mil habitantes, ou seja, mais da totalidade do incremento populacional, sendo, em termos percentuais, quase o dobro da variação relativa total do estado (3,01% frente a 1,74%).

Tabela 4 – População de Porto Alegre, RMPA e Rio Grande do Sul (2010-2022)

| Recorte Espacial | Nº de Mun. | 2010              |                | 2022              |                | 2010-2022      |             |
|------------------|------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|
|                  |            | População         | % da População | População         | % da População | Varição (abs)  | Varição (%) |
| POA              | 1          | 1.409.351         | 13,18          | 1.332.570         | 12,25          | -76.781        | -5,45       |
| RMPA             | 34         | 4.032.062         | 37,70          | 4.018.013         | 36,93          | -14.049        | -0,35       |
| Demais           | 363        | 6.661.867         | 62,30          | 6.862.493         | 63,07          | 200.626        | 3,01        |
| <b>RS</b>        | <b>497</b> | <b>10.693.929</b> | <b>100,00</b>  | <b>10.880.506</b> | <b>100,00</b>  | <b>186.577</b> | <b>1,74</b> |

Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Tais resultados proporcionaram a realização de uma série de reportagens que deram destaque à redução populacional de Porto Alegre, de outras cidades metropolitanas e da RMPA. Principalmente através de rankings das variações dos municípios foi sendo sugerido, implícita ou explicitamente, uma ideia de enfraquecimento metropolitano frente a um fortalecimento de cidades de porte médio e não metropolitanas. Em reportagens do portal G1 (2023b/2023c) que versam especificamente sobre o Rio Grande do Sul, por exemplo, publicadas no mesmo dia da divulgação dos resultados, são ressaltadas as 4 maiores reduções absolutas do estado, em texto e gráfico, como sendo as intituladas “cidades metropolitanas” de Porto Alegre, Viamão, Novo Hamburgo e Alvorada. Separadamente, como “outras

variações negativas”, mais discretamente citam em texto os demais municípios que completam as 10 maiores reduções absolutas do estado (Uruguaiana, Rio Grande, Alegrete, Esteio, Cruz Alta, Cachoeira do Sul). Em contrapartida, ressaltam todas as 10 maiores variações positivas de forma conjunta como majoritariamente externas à RMPA, sendo municípios localizados na serra, vales, litoral e norte do estado. Acaba por ser destacado, também, a redução de 14 mil pessoas residindo na RMPA, mesmo com o crescimento de 186 mil habitantes no total do estado.

De forma mais explícita, outros veículos também associaram essas reduções populacionais em território gaúcho a um enfraquecimento da característica concentradora metropolitana e a um fenômeno de desmetropolização. Em reportagem do Correio Braziliense (2023), é entendido que, a partir dos dados divulgados, se teve a confirmação do processo de interiorização do país e de uma desmetropolização, o que estaria demonstrado pela redução populacional em um terço das capitais brasileiras, incluindo Porto Alegre.

O economista Márcio Pochmann, que veio a ser nomeado presidente do IBGE pouco mais de um mês após a divulgação desses resultados, se mostrou um importante analista das recentes informações censitárias. O autor já se posicionava em textos publicados em anos anteriores referente a transição de uma dinâmica urbana metropolitana dominante entre 1930 e 1980 para uma não metropolitana identificada no primeiro quarto do século XXI, como no artigo “A desmetropolização regressiva no Brasil”.

Neste primeiro quarto do século XXI, contudo, nota-se uma nova dinâmica urbana em curso no país. De forma concomitante com o esvaziamento da sociedade industrial, ocorre o fenômeno da desmetropolização, que se expressa pela estagnação dos grandes centros urbanos, protagonizada pela perda do dinamismo econômico e populacional. (POCHMANN, 2022)

Essa perda do dinamismo econômico e populacional ficaria evidente, de acordo com Pochmann (2023a), com os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022. Após a divulgação dos dados, publicou artigo no site Outras Palavras em que afirma que os quantitativos populacionais dos municípios demonstram que a “população deixa as metrópoles e incha as cidades médias” representando o “inédito processo da desmetropolização populacional, com a mudança do sistema industrial,

outrora complexo, diversificado e integrado regionalmente, para o modelo econômico primário-exportador acompanhado pela desindustrialização nacional”. Dessa forma, por mais que se compreenda que as análises de Pochmann tragam importantes reflexões sobre reestruturações de cunho econômico e sociopolítico no país, se questiona sua forma de percepção espacial dos municípios de forma isolada, baseada principalmente na categorização desses por seu porte populacional, ao menos nesse momento de análise dos primeiros resultados censitários. Com isso, acaba tendo como importante unidade de análise as cidades médias e o aumento na participação dessas na concentração da população nacional.

O aumento do protagonismo dessas cidades médias, normalmente classificadas pelo tamanho demográfico fluando entre 100 mil e 500 mil habitantes, vêm levantando discussões já há alguns censos. Em reportagem do portal G1 (2023<sup>a</sup>), os resultados do Censo Demográfico 2022 demonstrariam que as cidades médias estão “puxando” o crescimento do país como um todo. Ressaltam que os municípios com população acima de 500 mil habitantes passam a concentrar 29,0% dos habitantes do Brasil em 2022, frente a 29,3% em 2010, uma redução de 0,3 pontos percentuais. Em contrapartida, as cidades médias aumentaram sua participação de 25,4% para 27,96%, um aumento de 2,56 pontos percentuais. Conseqüentemente, os municípios menores de 100 mil habitantes também perderam participação, sendo isso o que embasaria as cidades médias estarem “puxando” o crescimento populacional, pois é a única categorização de município que ganha participação relativa. Contudo, há décadas vem se discutindo essas categorizações municipais, tendo Araújo, Moura e Dias (2011) contribuído com importantes colocações sobre o conceito de cidades médias.

O que se pode considerar como verdade nos discursos alardeados sobre o tema cidades médias? Primeiro, não há um consenso quanto ao conceito. Seu uso depende dos objetivos de especialistas e políticas públicas específicas. Contudo, o tamanho demográfico tem sido o critério mais comumente aplicado para identificar esta categoria. Em segundo lugar, as cidades médias, ou melhor, intermediárias, têm desempenhado o papel de núcleo estratégico, constituindo elos entre os espaços urbano e regional. Terceiro, o crescimento do número de cidades que compõem esta categoria vem sendo cada vez mais significativo. (ARAÚJO; MOURA; DIAS, 2011)

Dessa forma, reconhecem o aumento da relevância dessa categoria de análise, mas destacam que “se a questão do porte demográfico é, em maior ou menor escala, algo que não pode ser dispensado no estudo das cidades médias, mais fundamental ainda é esclarecer seu papel na rede urbana” (ARAUJO; MOURA; DIAS, 2011). Para os autores, quando analisadas apenas a partir do quantitativo populacional, o mais apropriado seria denominá-las como cidades de porte médio. Dessa forma, se diferenciariam de uma definição que considera relações de intermediação entre centros urbanos de diferentes portes, mesmo que exista importante correlação entre o tamanho da população das cidades e o papel desempenhado por essas.

As colocações destacadas acabam por se encontrar com o salientado por Rodrigues e Ribeiro (2023) em artigo publicado no site do Observatórios das Metrôpolis como ressalva às interpretações apressadas que vinham sendo divulgadas na mídia a respeito dos resultados do último censo. Segundo os autores, agrupar municípios com características espaciais tão distintas em uma mesma categoria baseada unicamente no porte demográfico “é equivocado porque reforça uma narrativa simplista sobre a realidade complexa e dinâmica das cidades no Brasil”. Deve-se levar em consideração, portanto, “sua importância econômica, cultural, política, infraestrutural e – principalmente – por sua posição na rede de cidades” (RODRIGUES; RIBEIRO, 2023).

Sendo assim, é a partir dessas categorizações que vêm se sustentando grande parte das interpretação dos dados censitários. Se adiciona, então, como contribuição deste trabalho, uma dimensão espacial a esses resultados.

Tabela 5 – População por classe de município no Rio Grande do Sul (2010-2022)

| Recorte Espacial | Nº de Mun. | 2010              |                | 2022              |                | 2010-2022      |             |               |
|------------------|------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------|---------------|
|                  |            | População         | % da População | População         | % da População | Varição (abs)  | Varição (%) | % na variação |
| mais de 500mil   | 1          | 1.409.351         | 13,18          | 1.332.570         | 12,25          | -76.781        | -5,45       | -41,15        |
| 100mil a 500mil  | 18         | 3.685.128         | 34,46          | 3.793.683         | 34,87          | 108.555        | 2,95        | 58,18         |
| 20mil a 100mil   | 88         | 3.441.740         | 32,18          | 3.635.195         | 33,41          | 193.455        | 5,62        | 103,69        |
| até 20mil        | 390        | 2.157.710         | 20,18          | 2.119.058         | 19,48          | -38.652        | -1,79       | -20,72        |
| <b>RS</b>        | <b>497</b> | <b>10.693.929</b> | <b>100,00</b>  | <b>10.880.506</b> | <b>100,00</b>  | <b>186.577</b> | <b>1,74</b> | <b>100,00</b> |

Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.



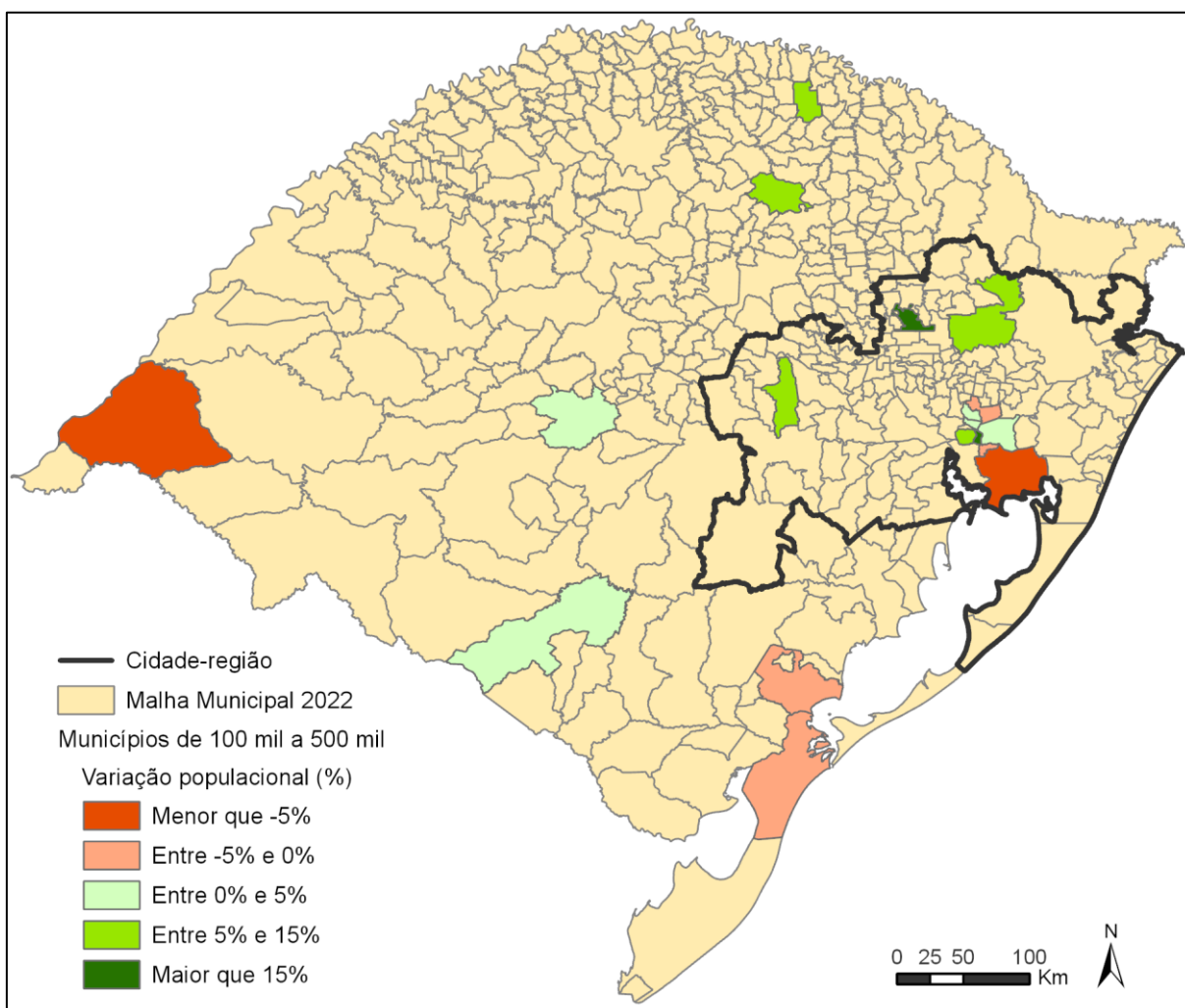
Assim como nas tabulações elaboradas a respeito da população nacional, quando os municípios do Rio Grande do Sul são categorizados por seu porte populacional, pode-se incorrer nas mesmas interpretações. Especialmente no caso do estado, nota-se não só uma perda de participação de Porto Alegre, que vem a ser o único município com mais de 500 mil habitantes, como variação negativa da população da metrópole. O mesmo serve para os municípios com menos de 20 mil habitantes, que diminuem sua participação relativa e absoluta. Em compensação, as duas classes intermediárias, de 20mil a 100 mil e de 100 mil a 500 mil, concentram todo o incremento populacional do estado. Dessa forma, a partir das tabulações estatísticas que categorizam os municípios como unidades de análise individuais, se tem a percepção que tanto os crescimentos quanto as diminuições estariam dispersos ao longo do território estadual, o que sustentaria uma ideia de interiorização da população, crescimento das cidades médias e ocorrência de uma desmetropolização.

Todavia, a partir dos referenciais teóricos que embasam esta pesquisa, se observou que foi identificado no Rio Grande do Sul por Moura e Kleinke (1999), Moura (2008), Magalhães (2008) um arranjo espacial metropolitano estendido em escala urbano-regional e que refletiria a face contemporânea da metropolização. Posteriormente, esse arranjo foi delimitado por Soares e Sassi (2021) e reafirmado por Soares, Freitas e Ugalde (2023) como a cidade-região de Porto Alegre. Entende-se pertinente, então, que se identifique onde estão posicionados os municípios de cada uma das categorizações da tabela anterior a fim de espacializar as variações populacionais. Afinal, de acordo com Soares e Freitas (2023), os resultados do Censo Demográfico 2022, apesar de demonstrarem um decréscimo da população na RMPA, trazem à tona uma dinâmica demográfica distinta em espaços no seu entorno, podendo representar a emergência de uma “macro-metrópole”. Ou seja, sugerem uma heterogeneidade no comportamento das variações populacionais, o que pode guardar relações com a centralidade metropolitana de Porto Alegre e com a cidade-região.

Destaca-se, antes disso, que as tabulações aqui realizadas levaram em conta a categoria do município para o ano de 2022, sendo mantido esse mesmo conjunto para aglutinar os dados de 2010. Com isso, evita-se o risco de alguma imprecisão analítica pela troca de categoria dos municípios entre os dois censos considerados.

Nos municípios com mais de 500 mil habitantes, apenas Porto Alegre se faz presente, sendo a variação da categoria igual a variação da capital. Na sequência, na categoria de municípios de porte médio, entre 100 mil e 500 mil habitantes, já é possível observar, tanto por meio do mapa quanto pela tabela, alguma correlação entre as variações populacionais e o posicionamento em relação a cidade-região.

Figura 4 – Mapa de variação populacional dos municípios com 100 mil a 500 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022)



Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Observa-se importante contribuição positiva dos municípios externos a RMPA, mas pertencentes a cidade-região, como Santa Cruz do Sul, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Além disso, mesmo com relevantes reduções de municípios pertencentes a RMPA, como Viamão, Novo Hamburgo e Alvorada, também existem crescimentos consideráveis como em Canoas, Cachoeirinha e

Gravataí. Com isso, nessa categoria, se identifica um crescimento percentual superior nos municípios de porte médio pertencentes a cidade-região de Porto Alegre (3,45%), aqui abreviada para CRPA para facilitar a demonstração na tabela, frente a uma variação inferior nos demais (2,03%). Sendo assim, essa classe de municípios que em sua totalidade representam um incremento de 108 mil pessoas na população do estado entre 2010 e 2022, não estão dispersos de forma homogênea ao longo do território estadual. Cerca de 60% deles estão posicionados dentro dos limites propostos para a cidade-região, representando um primeiro indicativo de fortalecimento populacional desse complexo metropolitano.

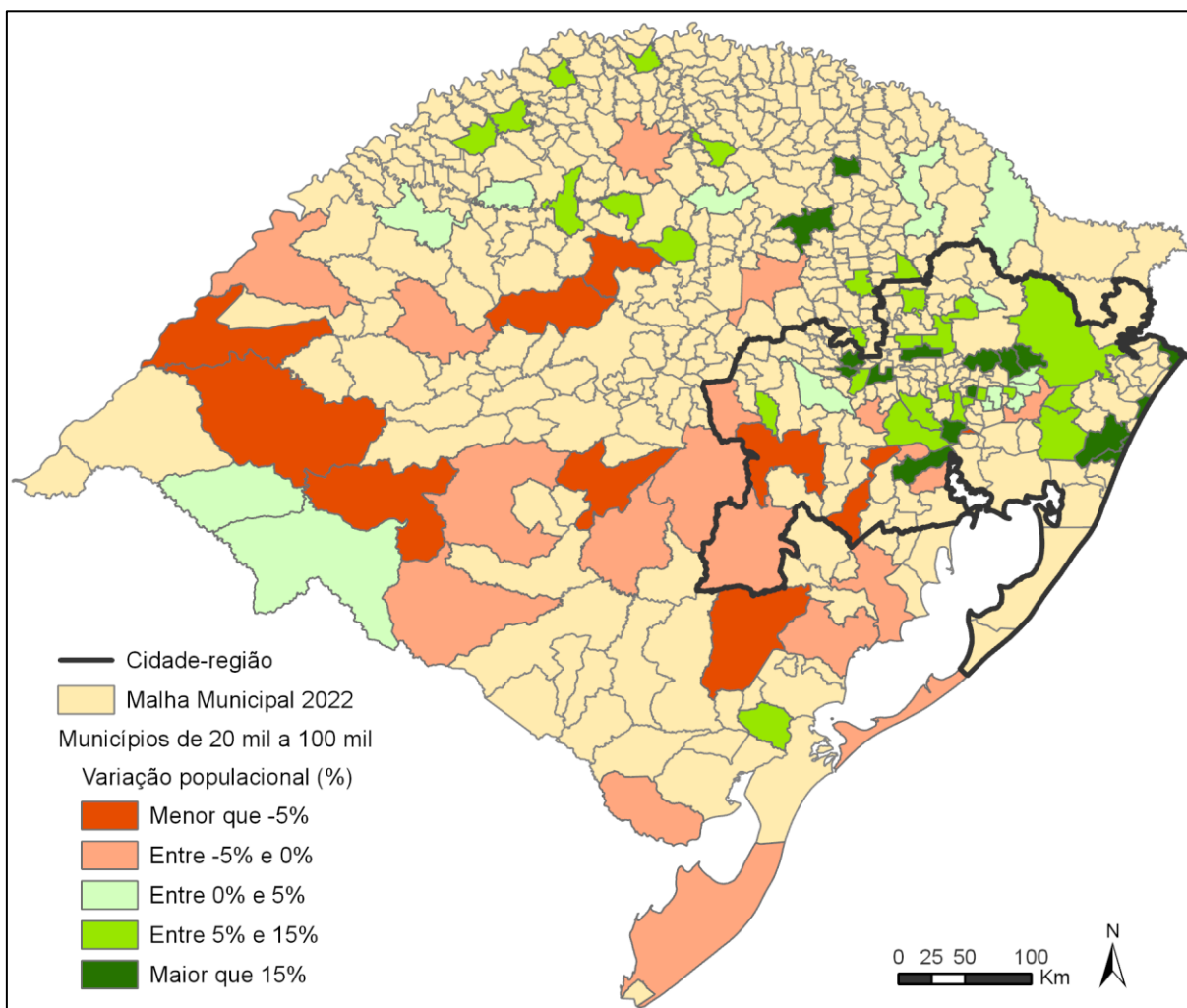
Tabela 6 – População dos municípios com 100 mil a 500 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022)

| Recorte Espacial              | Nº de Mun. | 2010             | 2022             | 2010-2022      |              |
|-------------------------------|------------|------------------|------------------|----------------|--------------|
|                               |            | População        | População        | Variação (abs) | Variação (%) |
| <b>de 100 mil a 500 mil</b>   | <b>18</b>  | <b>3.685.128</b> | <b>3.793.683</b> | <b>108.555</b> | <b>2,95</b>  |
| de 100 mil a 500 mil (CRPA)   | 11         | 2.375.453        | 2.457.384        | 81.931         | 3,45         |
| de 100 mil a 500 mil (Demais) | 7          | 1.309.675        | 1.336.299        | 26.624         | 2,03         |

Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Nos municípios com população entre 20 mil e 500 mil habitantes deve-se ter uma atenção ainda mais especial. Essa é a categoria de municípios que representa o maior crescimento absoluto e percentual, representando um ganho de 193 mil pessoas, basicamente o mesmo registrado no estado como um todo. Nessa faixa, a partir do mapa, se identifica uma correlação ainda mais clara entre a cidade-região e o percentual de crescimento municipal. Fica demonstrado a presença de variações positivas mais robustas dentro dos limites propostos para a CRPA, sendo que o número de municípios e a população residente é basicamente a metade dentro e fora do recorte analisado. Novamente são observadas importantes contribuições positivas externas à RMPA, mas internas à cidade-região, como Lajeado, Farroupilha, Gramado, Canela e, de forma bastante expressiva, municípios do Litoral Norte, como Capão da Canoa, Tramandaí, Imbé e Osório. Nessa faixa, também se sustenta um crescimento dos próprios municípios da Região Metropolitana, como Eldorado do Sul, Estância Velha e Nova Santa Rita.

Figura 5 – Mapa de variação populacional dos municípios com 20 mil a 100 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022)



Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Com isso, se chega novamente a um crescimento mais expressivo nos municípios localizados dentro dos limites da cidade-região de Porto Alegre (9,77%), com uma diferença ainda mais robusta em relação à variação positiva dos demais (1,43%). Ou seja, quase a totalidade do aumento de habitantes desse conjunto se concentra internamente aos limites da CRPA, restando aos demais municípios um percentual de crescimento menor que a média estadual. Dessa forma, se mostra inevitável, a partir da análise das duas categorias de municípios que concentram o crescimento da população do estado, o estabelecimento de uma relação entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e as aglomerações urbanas de seu entorno com taxas de crescimento populacional mais expressivas.

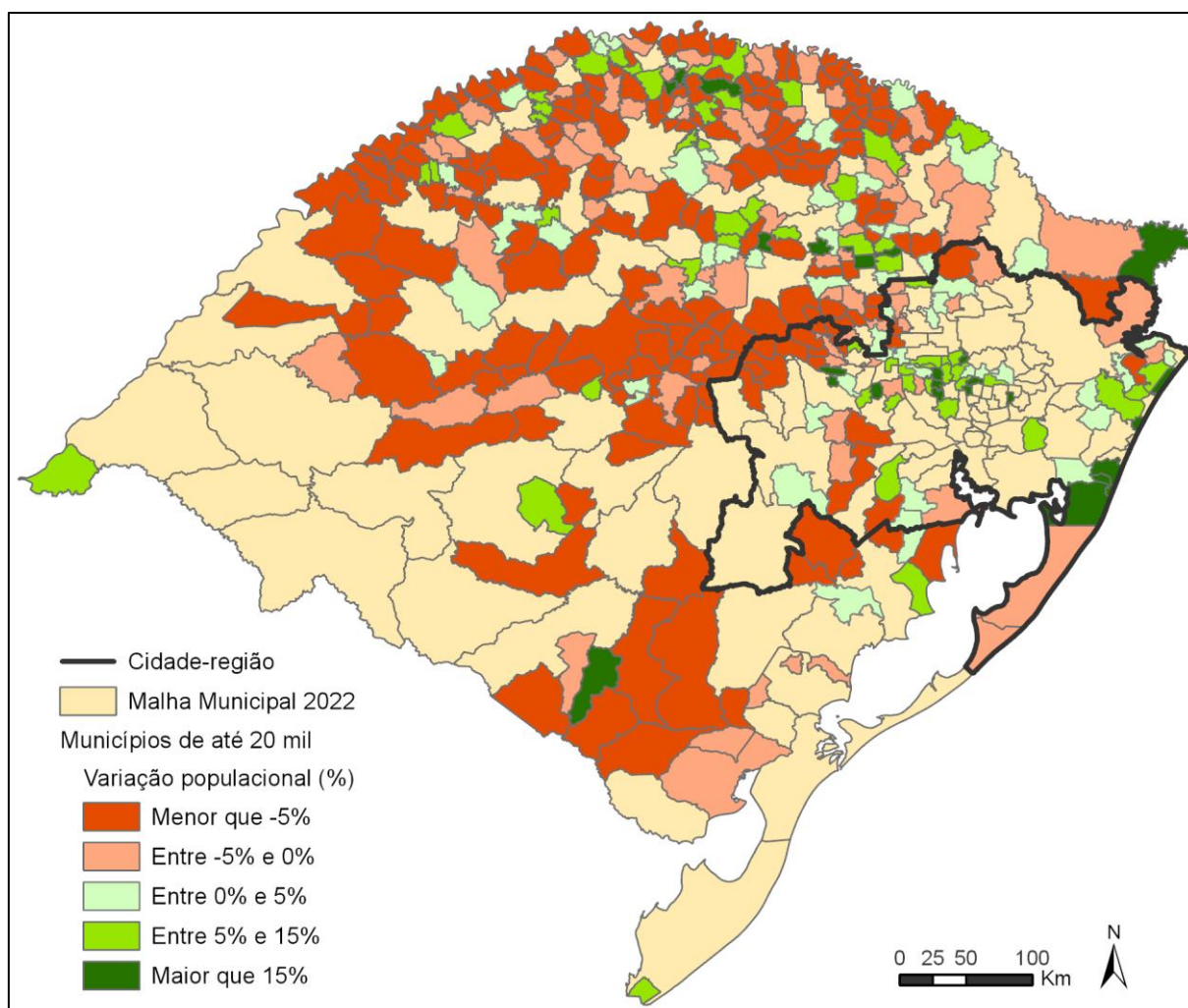
Tabela 7 – População dos municípios com 20 mil a 100 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022)

| Recorte Espacial             | Nº de Mun. | 2010             | 2022             | 2010-2022      |              |
|------------------------------|------------|------------------|------------------|----------------|--------------|
|                              |            | População        | População        | Variação (abs) | Variação (%) |
| <b>de 20 mil a 100 mil</b>   | <b>88</b>  | <b>3.441.740</b> | <b>3.635.195</b> | <b>193.455</b> | <b>5,62</b>  |
| de 20 mil a 100 mil (CRPA)   | 47         | 1.728.579        | 1.897.530        | 168.951        | 9,77         |
| de 20 mil a 100 mil (Demais) | 41         | 1.713.161        | 1.737.665        | 24.504         | 1,43         |

Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Por fim, mesmo que se trate de uma categoria que apresenta decréscimo populacional entre os dois últimos censos, são analisadas as variações dos municípios com porte demográfico de até 20 mil habitantes.

Figura 6 – Mapa de variação populacional dos municípios com menos de 20 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022)



Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.



Mais uma vez, mesmo a partir da análise do mapa, apesar de ser visível a maior quantidade de municípios de porte pequeno externos à cidade-região, é notável que os posicionados dentro das bordas da CRPA apresentam majoritariamente variação positiva. Percebe-se, nessa classe, uma importante contribuição dos municípios do Litoral Norte além dos posicionados próximo às bordas da Região Metropolitana de Porto Alegre, da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e das aglomerações de Lajeado e Santa Cruz do Sul.

Tabela 8 – População dos municípios com menos de 20 mil habitantes no Rio Grande do Sul (2010-2022)

| Recorte Espacial         | Nº de Mun. | 2010             | 2022             | 2010-2022      |              |
|--------------------------|------------|------------------|------------------|----------------|--------------|
|                          |            | População        | População        | Variação (abs) | Variação (%) |
| <b>menos de 20 mil</b>   | <b>390</b> | <b>2.157.710</b> | <b>2.119.058</b> | <b>-38.652</b> | <b>-1,79</b> |
| menos de 20 mil (CRPA)   | 93         | 528.250          | 558.515          | 30.265         | 5,73         |
| menos de 20 mil (Demais) | 297        | 1.629.460        | 1.560.543        | -68.917        | -4,23        |

Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Em termos numéricos, se tem novamente uma significativa preponderância de crescimento dos municípios internos à cidade-região (5,73%) em relação aos demais (-4,23%). Ou seja, mesmo que essa categoria apresente um decréscimo entre os censos de 2010 e 2022 (-1,79%), quando observado através do recorte utilizado se observa uma relevante variação positiva.

Assim sendo, a partir da análise da distribuição das variações populacionais dos municípios ao longo do Rio Grande do Sul, percebe-se que essas se posicionam de forma heterogênea no estado. Com isso, se mostra indispensável a análise das tabulações dos municípios de forma conjunta com o posicionamento desses, não só em relação ao território, como dentro da rede urbana. Sendo assim, apesar de se identificar alguns outros pontos pelo estado que seguem certo processo de concentração, como Santa Maria, Erechim e Ijuí, fica evidente a continuidade de um processo de concentração populacional ao redor da centralidade de Porto Alegre. Isso acontece em um entorno mais expandido, com bordas mais esticadas e se integrando com outras centralidades, principalmente na Região Metropolitana da Serra Gaúcha e nas aglomerações de Lajeado, Santa Cruz do Sul e Litoral Norte, reconfigurando dinâmicas e redesenhando o arranjo espacial metropolitano.

### 3.2. Cidade-região a partir dos quantitativos populacionais

De acordo com Moura e Kleinke (1999) a “aglomeração metropolitana de Porto Alegre”, mesmo na época de publicação do artigo, começava a se expandir em direção a pequenas aglomerações vizinhas como as polarizadas por Lajeado e Santa Cruz do Sul, inserindo-as em uma dinâmica comum. Essa expansão notada, conformaria o que as autoras intitularam de “complexo metropolitano riograndense” e que constituiria o processo aglomerativo mais dinâmico da Região Sul. Posteriormente, Moura (2008) deu sequência a identificação desse arranjo que definiu como tendo “características espaciais e funcionais que remetem à dimensão urbano-regional” e que é constituído pelas centralidades superiores de Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo/São Leopoldo, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Lajeado. De forma complementar, Magalhães (2008) também identificou esse arranjo de caráter macro-metropolitano se formando principalmente a partir do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Dessa forma, foi sendo embasado ao longo do tempo a conformação desse arranjo espacial metropolitano no Rio Grande do Sul que complexifica as configurações socioespaciais “pela sua dinâmica de fluxos, concentração econômico-institucional, multiescalaridade e multifuncionalidade, sob formas expandidas, descontínuas e aglutinadoras” (MOURA, 2008) representando um estágio avançado da metropolização (MOURA, 2016). Ou seja, a identificação da correlação do crescimento populacional dos municípios do estado e da centralidade de Porto Alegre, mesmo com a capital e sua região metropolitana reduzindo a população, está intimamente relacionado a configuração desse arranjo. Não é por acaso, então, quando Sores e Freitas (2023) sugerem que, a partir dos resultados do Censo Demográfico 2022, pode estar emergindo uma “macro-metrópole” no estado. Essa emergência estaria associada justamente ao crescimento de espaços externos a RMPA, mas localizados em seu entorno próximo.

Além do significativo crescimento identificado no tópico anterior dos municípios pertencentes às aglomerações urbanas no entorno da Região Metropolitana, esses conjuntos de municípios enquanto unidade também apresentam importantes variações positivas. Percebe-se que o total da variação da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), da Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULN) e das aglomerações urbanas não institucionalizadas de Lajeado e Santa Cruz do Sul (aqui abreviadas como AUNILA e AUNISCS, respectivamente,

para facilitar a demonstração), representa um incremento absoluto de 185 mil habitantes na população do estado. Ou seja, esse conjunto de 39 municípios localizados nas imediações da RMPA representam praticamente todo o crescimento apresentado pelo estado, representando o que Soares e Freitas (2023) sugerem como o “deslocamento do eixo populacional”.

Tabela 9 – População das aglomerações urbanas no entorno da Região Metropolitana de Porto Alegre (2010-2022)

| Recorte Espacial | Nºde Mun.  | 2010              |                | 2022              |                | 2010-2022      |              |               |
|------------------|------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|--------------|---------------|
|                  |            | População         | % da População | População         | % da População | Variação (abs) | Variação (%) | % na variação |
| RMSG             | 14         | 738.619           | 6,91           | 804.002           | 7,39           | 65.383         | 8,85         | 35,04         |
| AULN             | 20         | 283.959           | 2,66           | 360.525           | 3,31           | 76.566         | 26,96        | 41,04         |
| AUNILA           | 2          | 102.835           | 0,96           | 125.829           | 1,16           | 22.994         | 22,36        | 12,32         |
| AUNISCS          | 3          | 208.310           | 1,95           | 228.593           | 2,10           | 20.283         | 9,74         | 10,87         |
| Total            | 39         | 1.333.723         | 12,47          | 1.518.949         | 13,96          | 185.226        | 13,89        | 99,28         |
| <b>RS</b>        | <b>497</b> | <b>10.693.929</b> | <b>100,00</b>  | <b>10.880.506</b> | <b>100,00</b>  | <b>186.577</b> | <b>1,74</b>  | <b>100,00</b> |

Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Esse rearranjo espacial metropolitano contou com a proposta de delimitação de Soares e Sassi (2021), sendo reafirmada por Soares, Freitas e Ugalde (2023) e citada e utilizada como unidade de análise no tópico anterior. Apesar de já ter sido possível observar sua influência concentradora da população estadual, se faz interessante demonstrar, através das informações do conjunto dos 152 municípios que a compõem, sua relevância demográfica, sendo um indicativo, também, da sua importância socioeconômica.

Tabela 10 – População na cidade-região de Porto Alegre (2010-2022)

| Recorte Espacial | Nºde Mun.  | 2010              |                | 2022              |                | 2010-2022      |              |               |
|------------------|------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|--------------|---------------|
|                  |            | População         | % da População | População         | % da População | Variação (abs) | Variação (%) | % na variação |
| CRPA             | 152        | 6.041.633         | 56,50          | 6.245.999         | 57,41          | 204.366        | 3,38         | 109,53        |
| Demais           | 345        | 4.652.296         | 43,50          | 4.634.507         | 42,59          | -17.789        | -0,38        | -9,53         |
| <b>RS</b>        | <b>497</b> | <b>10.693.929</b> | <b>100,00</b>  | <b>10.880.506</b> | <b>100,00</b>  | <b>186.577</b> | <b>1,74</b>  | <b>100,00</b> |

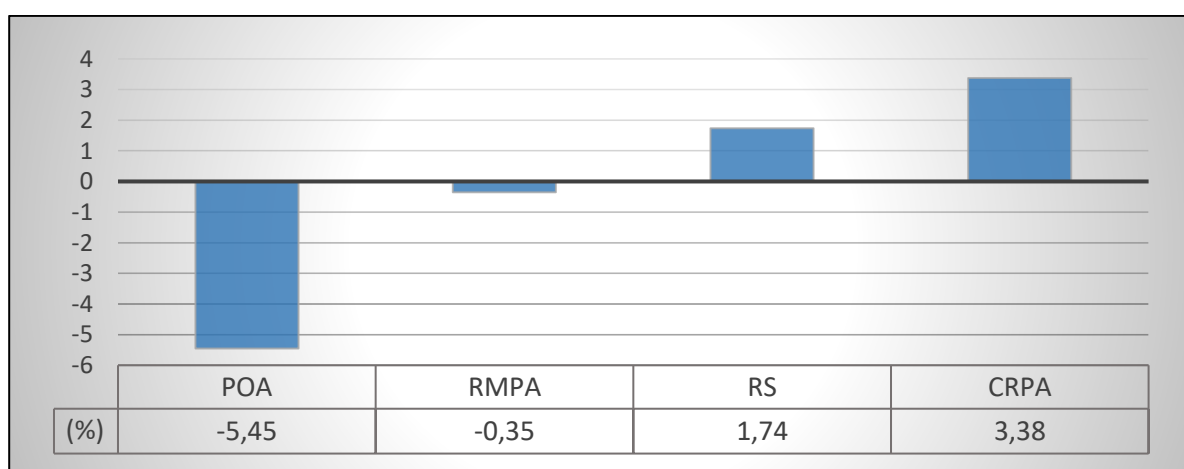
Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.



A partir da tabela se observa como a cidade-região de Porto Alegre se apresenta como unidade protagonista não só por seu papel concentrador, tendo aumentado sua participação de 56,50% da população do estado para 57,41%, como pela manutenção de seu dinamismo populacional. Esse recorte espacial obteve uma variação populacional positiva de 3,38%, enquanto o conjunto dos demais 345 municípios gaúchos apresentou uma redução de -0,38%. Ou seja, a cidade-região representou uma variação absoluta de 204 mil habitantes, o que significa 109,53% da variação total do estado, enquanto os demais municípios foram responsáveis por uma redução de quase 18 mil em população residente.

Quando comparadas as variações percentuais de Porto Alegre, RMPA, cidade-região e do estado, percebe-se que mesmo com a metrópole e sua região metropolitana institucionalizada tendo contribuído com uma variação negativa de população, a CRPA sustenta um crescimento que é quase o dobro do estado em pontos percentuais. Ou seja, se entende que as variações populacionais dos municípios do estado não acontecem de forma distribuída ao longo do território. Continuam a existir centralidades que influenciam fortemente as flutuações dos quantitativos de população. Dessa forma, o núcleo metropolitano de Porto Alegre, mesmo com uma retração populacional, se apresenta como centralidade principal nesse novo arranjo espacial difuso, com uma porção de centros urbanos hierarquizados e integrados regionalmente.

Figura 7 - Comparação da variação populacional de Porto Alegre, RMPA, Rio Grande do Sul e cidade-região de Porto Alegre (2010-2022)



Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

A cidade-região de Porto Alegre, então, se estrutura como resultado da expansão da área metropolitana e da continuação do processo de metropolização “se configurando a partir das relações da metrópole e da Região Metropolitana com o seu entorno” (SOARES; FREITAS; UGALDE, 2023).

Isso se explica no sentido que se aprofunda a desconcentração territorial das indústrias e dos serviços, a partir das novas tendências locais e produtivas do Século XXI. Novas localidades recebem sobre seus territórios novos atores da economia, que passam a reorganizar o espaço produtivo regional – vinculado ao global. Conformam-se assim uma região difusa, de tipo policêntrica, embora o papel de centro metropolitano de Porto Alegre seja ainda muito preponderante no processo. (SOARES; FREITAS; UGALDE, 2023)

Sendo assim, se entende que os quantitativos populacionais dos municípios do estado são um reflexo dessa reorganização do espaço produtivo. Com isso, acaba por redefinir o papel da metrópole, e não por enfraquecê-lo, ao passo em que integra em uma dinâmica comum centralidades em um entorno outrora não metropolitano.

A partir disso, toma-se a liberdade de integrar mais uma unidade territorial à tabela 3, apresentada no referencial teórico com a variação populacional por “região” da RMPA, elaborada por Soares e Freitas (2023). Ao adicionar o recorte da cidade-região de Porto Alegre proposta por Soares e Sassi (2021), é possível isolar esse eixo de expansão metropolitana da RMPA em direção às aglomerações de seu entorno. Como interpretação dos resultados identificados na tabela 3, os autores destacam, apesar de um decréscimo do núcleo metropolitano, a ocorrência de um aumento gradativo das taxas de crescimento em direção aos municípios mais próximos das bordas da RMPA.

Por esta ótica observamos que com exceção de Porto Alegre, todas as “regiões” apresentaram crescimento, com maior crescimento relativo na RMPA-Entorno. Internamente nas regiões, os municípios mais exteriores apresentam maior crescimento, ou seja, verifica-se o deslocamento populacional do centro para a periferia metropolitana. (SOARES; FREITAS, 2023)

Dessa forma, esse deslocamento populacional do centro para a periferia metropolitana parece extrapolar os limites da RMPA. Quando analisado o conjunto

dos municípios da cidade-região, mas subtraindo os pertencentes à região metropolitana institucionalizada, se tem informações acerca dessa periferia metropolitana externa à RMPA, mas interna à CRPA. Esse recorte isola o que parece ser o eixo de expansão metropolitana do estado e que engloba as concentrações urbanas no entorno da RMPA e as adjacências dessas.

Tabela 11 – Variação populacional por “região” da RMPA e do eixo de expansão metropolitana CRPA (-RMPA) (2010-2022)

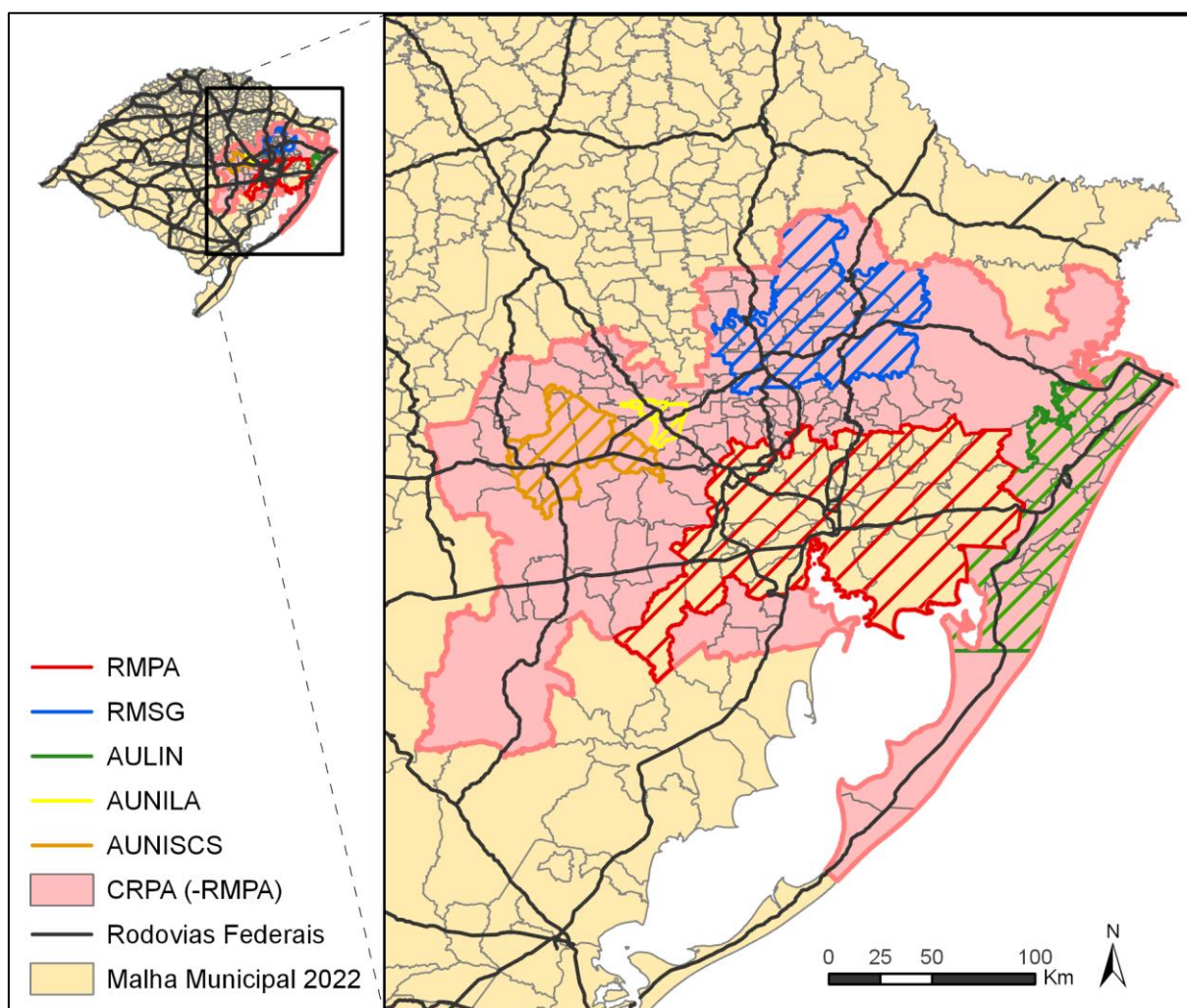
| Recorte Espacial | 2010      | 2022      | 2010-2022      |              |
|------------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
|                  | População | População | Variação (abs) | Variação (%) |
| Porto Alegre     | 1.409.939 | 1.332.570 | -77.369        | -5,5         |
| RMPA-POA         | 1.496.971 | 1.530.167 | 33.196         | 2,2          |
| RMPA-Vale        | 783.976   | 800.023   | 16.047         | 2,0          |
| RMPA-Entorno     | 342.280   | 355.253   | 12.973         | 3,8          |
| CRPA (-RMPA)     | 2.009.571 | 2.227.986 | 218.415        | 10,9         |

Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Esse recorte da cidade-região menos a Região Metropolitana acaba por seguir a tendência de um crescimento gradativamente maior do centro para as bordas metropolitanas. Apresenta, entre os censos de 2010 e 2022, uma variação absoluta de 218 mil habitantes, o que representa um crescimento percentual de 10,9%, notavelmente maior em comparação às “regiões” da RMPA sendo possível afirmar que é o recorte com maior pujança demográfica do estado.

Além disso, é entendido como um eixo de expansão, pois a partir do mapa a seguir, se identifica uma espécie de arco perimetral à RMPA com as aglomerações não institucionalizadas de Lajeado e Santa Cruz do Sul, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte. Isso parece acontecer com um papel preponderante da infraestrutura rodoviária, que estabelece uma geometria que interliga essas aglomerações entre si e com a Região Metropolitana de Porto Alegre. Se tem uma ideia, então, da importância da integração das dinâmicas de circulação de pessoas e mercadorias para a conformação desse arranjo espacial contemporâneo.

Figura 8 – Mapa de composição da cidade-região de Porto Alegre e do eixo de expansão metropolitana CRPA (-RMPA)



Elaborado pelo autor, 2023. Fonte: IBGE e DNIT.

Com isso, percebe-se a emergência de uma unidade metropolitana mais ampla, como no caso da cidade-região de Porto Alegre. Essa região urbana acarreta, também, uma necessidade de se repensar aspectos relacionados a governança metropolitana na atualidade.

As instituições político-regulamentares das regiões urbanas são frequentemente fragmentadas em múltiplas agências e departamentos, com jurisdições e tarefas diferentes. Ainda assim, o processo de globalização econômica está criando interdependências socioeconômicas mais densas em escalas urbano-regionais que, em geral, suplantam o alcance de cada um desses níveis administrativos. Os problemas de governança metropolitana estão, por conseguinte, voltando à frente das discussões e debates políticos em muitas cidades europeias. Enquanto os debates

sobre instituições metropolitanas durante as décadas de 1960 e 1970 concentravam-se predominantemente em questões de eficácia administrativa e prestações de serviços locais, as discussões contemporâneas sobre governança regional enfatizam de modo crescente a necessidade de flexibilidade administrativa, estratégias de desenvolvimento econômico coordenadas regionalmente e o problema da competição interespaçial global intensificada. (BRENNER, 2018)

Brenner (2018) destaca, a partir do contexto identificado nas cidades europeias, o desafio de se pensar recortes institucionais que considerem essa reconfiguração metropolitana em uma escala urbano-regional e conectada ao global. No cenário brasileiro também é levantada a necessidade de integrar essa multiescalaridade às discussões metropolitanas. De acordo com Moura (2016), deve ser considerada a “necessidade de enfrentamento teórico, político e na ação, da problemática metropolitana em sua dimensão urbano-regional”.

No Brasil, o reconhecimento da importância de uma região de planejamento metropolitano estendida pode ser observado, por exemplo, na consolidação da macro-metrópole paulista como nova unidade de gestão no estado de São Paulo. Foi adotada inicialmente pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) em 2011 e desde então, mesmo com a extinção da empresa em 2019, passou a compor os planos e estratégias de desenvolvimento do estado. Destaca-se que sua composição é basicamente o conjunto de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas outrora identificadas por Lencioni (2011) na caracterização da cidade-região de São Paulo.

No Rio Grande do Sul, até o presente momento, não se identifica o reconhecimento institucional de alguma região de planejamento que possa englobar essa caráter urbano-regional da metrópole contemporânea. De acordo com Soares (2018), essa escala metropolitana estendida não é contemplada nos recortes institucionais disponíveis.

Ao pensarmos o desenvolvimento em uma região urbana que engloba a metrópole e as aglomerações urbano-industriais do entorno, estamos pensando em uma escala metropolitana estendida. E essa escala não está contemplada nos recortes institucionais disponíveis. (SOARES, 2018)

Sendo assim, para além da compreensão das tendências espaciais da população do estado, verifica-se a importância do estabelecimento de unidades de

planejamento que englobem essa nova faceta urbano-regional. Dessa forma, se torna possível uma elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento planejadas e integradas regionalmente, assim como adequadas às novas dinâmicas proporcionadas por esse rearranjo espacial metropolitano.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a partir de todo o exposto até aqui, entende-se que é possível esboçar algumas repostas para as inquietações que motivaram esse trabalho. Por certo que tantas outras permanecem e necessitam de análises mais complexas com um conjunto de dados de diferentes naturezas. Contudo, algumas contribuições sobre a redistribuição espacial da população do estado identificadas a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 e que foram sendo construídas ao longo deste texto cabem ser aqui sintetizadas.

Dentre os questionamentos que ficam, estão principalmente assuntos relacionados às tendências econômicas do estado e de como isso está relacionado com a cidade-região. Por exemplo, como as perspectivas de perda da participação da indústria no PIB estadual e de um fortalecimento do setor primário estão impactando esse arranjo espacial metropolitano. Todavia, o que se pode afirmar é apenas o alcançado a partir dos resultados e discussões aqui propostas, ficando essas outras inquietações para um momento futuro.

Antes de tudo, cabe ser ressaltado que, visando uma interpretação cautelosa dos dados censitários, demonstra-se indispensável uma relativização das conclusões que são frequentemente relacionadas ao crescimento das chamadas cidades médias. Não se pretende aqui negar a conquista de participação dessas cidades médias ou cidades de porte médio, já que são normalmente balizadas por seu tamanho populacional. Contudo, não se entende adequado a associação direta desses conjuntos estatísticos a fenômenos que apresentem importante dimensão espacial, como uma interiorização da população ou desmetropolização. Nas primeiras análises do trabalho, por exemplo, já foi possível identificar que a variação da população dos municípios não acontece de forma homoganeamente distribuída pelo território. Todas as classes de porte demográfico analisadas guardam importantes relações com centralidades urbanas do estado, não sendo apropriado deixar para um segundo plano a espacialização desse dados de população e sua compreensão enquanto componentes de uma rede de cidades.

Dessa forma, se relativiza também a ocorrência de uma desconcentração populacional no Rio Grande do Sul. Se por um lado é inegável uma perda de participação de Porto Alegre e da Região Metropolitana para uma área mais ampla, por outro se identifica uma reconcentração nesse arranjo espacial metropolitano

expandido que é a cidade-região. Sugere-se, com isso, uma ocorrência simultânea de processos de desconcentração e concentração, estando ambas as tendências relacionadas com o reescalonamento da metrópole contemporânea para uma dimensão urbano-regional. Seria uma espécie de desconcentração concentrada nessa área englobada pela expansão metropolitana.

Assim sendo, a partir dos resultados do Censo Demográfico 2022 e dos referenciais teóricos consultados, não se demonstra possível associar os dados de quantitativo populacional dos municípios do Rio Grande do Sul a um processo de desmetropolização. Mesmo com a redução de habitantes da metrópole Porto Alegre e da RMPA, assim como o aumento da participação demográfica dos municípios entre 20 mil e 500 mil habitantes, a população continua a se concentrar em um arranjo espacial que tem como principal centralidade o núcleo metropolitano. Dessa forma, constata-se no estado, pelo contrário, o avanço da metropolização em seu estágio contemporâneo, que conforma arranjos expandidos e que confere unidade a metrópole e um conjunto de centros e aglomerações urbanas em seu entorno.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M.; MOURA, R.; DIAS, P. (2011) Cidades médias uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M. (Org.); FURTADO, B. A. (Org.). Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces. Ipea, v.1, p.61-77.

BRENNER, N. (2018) Espaços da urbanização. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro, Letra Capital.

CASTRO, H. R. de; SANTOS JÚNIOR, W. R. dos. (2017). A expansão da macrometrópole e a criação de novas RMs: um novo rumo para a metropolização institucional no estado de São Paulo?. Cadernos MetrÓpole, v.19, n.40, p.703–720.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2017) Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2023) Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro, IBGE.

LENCIONI, S. (2011) A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD, n.120, p.133–148.

LENCIONI, S. (2020) Metropolização. GEOgraphia, v.22, n.48. Consequência.

MAGALHÃES, F. N. C. (2008) Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano?. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.10, n.2, p.9-27.

MOURA, R. (2016) O complexo diálogo entre o urbano e o regional. Rev. Bras. de Desenvolvimento Regional. Blumenau, v.4, n.2, p.5-26.

MOURA, R. (2008) Arranjos urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.10, n.2, p.29-49.

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. (1999) Espacialidades de concentração urbana na rede urbana da Região Sul. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.95, p.3-25.

POCHMANN, M. (2022) A desmetropolização regressiva do Brasil. Outras Palavras. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/pochmann-a-desmetropolizacao-regressiva-do-brasil/>>

POCHMANN, M. (2023a) A cara do Brasil que se reprimariza. Outras Palavras. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-cara-do-brasil-que-se-reprimariza/>>

POCHMANN, M. (2023b) Pochmann: “O Censo revela uma reorganização do espaço urbano. Uma desmetropolização do Brasil”. Entrevista concedida à Revista Fórum. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7E887UPOaJk>>

RODRIGUES, J.; RIBEIRO, L. C. de Q. (2023) Distribuição da população brasileira segundo o Censo 2022: desmistificando o esvaziamento das metrópoles. Observatório das Metrópoles. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/distribuicao-da-populacao-brasileira-segundo-o-censo-2022-desmistificando-o-esvaziamento-das-metrosoles/>>

SILVA, K. A. A. da; CUNHA, J. M. P. da; ALONSO, R. M. de; CHAVES, L. F. (2017) Crescimento das cidades médias e interiorização da migração: realidade ou mito?. Revista Geografias, p.25–40.

SOARES, P. R. R. (2018) Metropolização, aglomerações urbano-industriais e desenvolvimento regional no sul do Brasil. Cadernos MetrÓpole, v.20, n.41, p.15–34.

SOARES, P. R. R.; SASSI, L. O. (2021) Metropolização do espaço e desconcentração metropolitana: reconhecendo a cidade-região de Porto Alegre a partir de dados socioeconômicos. In: Espaços Metropolitanos: processos, configurações, metodologias e perspectivas emergentes. Rio de Janeiro, Letra Capital.

SOARES, P. R. R.; FREITAS, G. R. de; UGALDE, P. A. (2023) Porto Alegre, uma “cidade-região global” In: Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) –

RMPA 50 anos: história, território e gestão. São Leopoldo, Oikos.

SOARES, P. R. R.; FREITAS, G. R. de (2023) Censo 2022: tendências e desafios para a Região Metropolitana de Porto Alegre. Observatório das Metrôpoles. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/censo-2022-tendencias-e-desafios-para-a-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/>

CORREIO BRAZILIENSE (2023) Análise: o resultado do Censo é a chance para repensar o Brasil. Correio Brasiliense. Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/opiniaio/2023/06/5105540-analise-o-resultado-do-censo-e-a-chance-para-repensar-o-brasil.html#google\\_vignette](https://www.correiobrasiliense.com.br/opiniaio/2023/06/5105540-analise-o-resultado-do-censo-e-a-chance-para-repensar-o-brasil.html#google_vignette)

CORREIO DO POVO (2023) Censo Demográfico 2022: Rio Grande do Sul tem 10,88 milhões de habitantes. Correio do Povo. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/censo-demogr%C3%A1fico-2022-rio-grande-do-sul-tem-10-88-milh%C3%B5es-habitantes-1.1054595>

G1 (2023a) Censo do IBGE: Cidades médias 'puxam' crescimento do Brasil. G1. São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/07/01/censo-do-ibge-cidades-medias-puxam-crescimento-do-brasil.ghtml>

G1 (2023b) Censo do IBGE: população do RS aumenta em 186 mil pessoas; estado chega a 10,8 milhões de habitantes. G1. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-populacao-do-rs-aumenta-em-186-mil-pessoas-estado-chega-a-108-milhoes-de-habitantes.ghtml>

G1 (2023c) Censo do IBGE: confira população atualizada de municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. G1. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-confira-populacao-atualizada-de-municipios-da-regiao-metropolitana-de-porto-alegre.ghtml>